

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

Francisco das Chagas de Souza

**EXPRESSÃO DE ÉTICA PROFISSIONAL BIBLIOTECÁRIA NOS PORTAIS DOS SISTEMAS
DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS DE IES SEDIADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO
BRASIL CLASSIFICADAS COMO AS DEZ MELHORES NO RANKING UNIVERSITÁRIO DA FOLHA
(RUF) - 2012 POR QUALIDADE EM PESQUISA.**

Relatório de pesquisa realizada de fevereiro a dezembro de 2013 referente à segunda etapa do estudo “Percepções de valor e sentido do Código de Ética do profissional bibliotecário brasileiro – CEBB - para a vida profissional e social do profissional de biblioteconomia, atuante em bibliotecas de universidades públicas brasileiras”.

Florianópolis, dezembro de 2013.

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO,	3
2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS,	6
2.1 - Universo de busca dos dados primários,	6
2.2 - Amostra selecionada e delimitação da observação,	6
2.3 - Os dados primários buscados,	7
2.4 - Recursos operacionais empregados para a coleta de dados,	7
2.5 – Período de coleta,	7
2.6 – Tratamento e análise,	8
3 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL,	9
4 – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL,	13
4.1 - Universidade brasileira: seu desenvolvimento,	14
4.2 – Características das dez universidades das regiões norte e nordeste destacadas pela qualidade da pesquisa no RUF-2012,	19
5 – OS SISTEMAS BIBLIOTECÁRIOS ESTABELECIDOS NAS IES DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL,	29
6 – O BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO NAS IES,	42
6.1 - Profissão, campos de trabalho, educação e auto-regulação,	42
6.2 - Bibliotecário universitário brasileiro: atuação profissional,	46
6.3 - O processo de comunicação pública para difusão das ações profissionais realizadas na biblioteca universitária,	51
7 – EXPRESSÃO DE ÉTICA BIBLIOTECÁRIA NOS PORTAIS DAS BIBLIOTECAS DAS IES CLASSIFICADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL COMO AS MELHORES EM QUALIDADE DE PESQUISA NO RUF-2012,	55
7.1 – Finalidades e valores expressos pela biblioteca,	55
7.2 – Regulamentação das operações,	56
7.3 - Serviços ofertados,	60
7.4 – Comunicação mediadora,	63
7.5 - Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico,	65
7.6 - Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo,	66
7.7 - Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado,	73
8 – POTENCIAL DE MODERNIZAÇÃO DA RELAÇÃO BIBLIOTECA – USUÁRIO,	76
9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS,	79
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA,	81
ILUSTRAÇÕES,	84
APÊNDICE,	85

1 - INTRODUÇÃO

O discurso do bibliotecário brasileiro está vincado mais ao fazer. Mesmo a educação que foi sendo construída como parte do projeto de construção, desenvolvimento e permanência do grupo profissional não elaborou facilmente sistemas de explicação e compreensão desse saber específico como parte das demandas da sociedade brasileira.

A falta de uma reflexão de cunho mais filosófico do que poderia ser uma ciência biblioteconômica para a sociedade brasileira conduziu a ausências outras, como a de uma sociologia, uma psicologia e uma história das práticas bibliotecárias brasileiras que se aproximem de um desnudar das causas determinantes do lugar deste profissional e de sua profissão no país.

Decorre disso um não saber de parte dos bibliotecários brasileiros do que lhes constitui a identidade funcional, o seu papel social, o seu lugar num mundo vivido, fenomenal.

Por conta dessa inconsciência e das limitações materiais do Brasil, com economia em transformação relativamente acelerada nas décadas de 1950 e 1960, os bibliotecários de então acharam de se declararem também documentalistas. Não apenas declararam, mas impuseram às escolas de Biblioteconomia da época que colocassem esse termo como parte do nome das escolas e, assim, dos seus cursos de Biblioteconomia. Quase todos, nominalmente, transformaram-se em Cursos de Biblioteconomia e Documentação. Essa situação “legal” não se transformou em fato. Todas continuaram a ser ou ter Cursos de Biblioteconomia em seu currículo real.

Daí vem a ideia de um ensino de Biblioteconomia genérico e de que todos os egressos dos Cursos de Biblioteconomia estariam preparados para atender “ao que der e vier”. Então todos os egressos dos Cursos de Biblioteconomia saem iludidos que estão prontos a fazer funcionar as Bibliotecas Públicas, Escolares, Universitárias, Especializadas de empresas e de governo. É claro que essa ilusão é um problema da escola, isto é, de professores que ensinam mirando as bibliotecas, de graduandos que estudam mirando se sair bem nos exames realizados nas respectivas matérias em curso, da IES da qual o curso faz parte que faz de conta que oferece dezenas de disciplinas a partir das quais o graduando pode traçar um perfil de saída e assim pode preencher a formação com conhecimentos além da grade mínima sugerida pelo curso de Biblioteconomia.

É da mesquinhez dessa trajetória que saem os futuros bibliotecários os quais vão

atuar em todas as bibliotecas e, portanto, também na biblioteca universitária. Salvo as quase inexistentes exceções, dentre essas daqueles que estagiaram nesse ambiente e por ele se interessaram e foram conhecer mais, nenhum profissional bibliotecário formado no Brasil começa a trabalhar na biblioteca de uma IES – Instituição de Ensino Superior sabendo do que se trata. Alguns vão aprender sobre isso após lá ingressarem, outros, aparentemente, vão continuar como lá ingressarem.

Portanto, desde a origem está colocado um problema de conduta profissional completamente mal resolvido, pois tratado muito mais como uma questão individual, sobretudo quando essa atuação é realizada em IFES - Instituição Federais de Ensino Superior. Em sendo uma questão individual pouco importa saber quem é o público e muito menos saber o que lhe deve ser oferecido, como ele deve ser envolvido pela condição de ser o destinatário da ação, mas, em última instância, a fonte de provimento financeiro da função bibliotecária em exercício.

Uma boa conduta profissional mira o futuro da respectiva profissão. Assim, todo e qualquer esforço realizado para melhor compreensão e explicação dessa profissão em dada sociedade é, supostamente, do interesse dos profissionais já em exercício. Isso está relacionado com a ideia de que ao se conhecer melhor a profissão vai se tornar cada vez mais percebida pela sociedade, fonte de sua legitimação. Por esse entendimento, é de boa prática profissional auxiliar com dados o desenvolvimento de estudos que levem ao conhecimento mais fundo de uma profissão. Deste modo, o código de ética do bibliotecário brasileiro orienta que os profissionais colaborem com esses trabalhos. Isso nem sempre acontece. Esta pesquisa, em sua primeira etapa, sofreu com más práticas de bibliotecários que atuam em universidades. A leitura de seu relatório que está relacionado nas referências finais deste dará aos que se interessam uma clara noção, em uma nota metodológica, do que se está afirmando. Por isso, a coleta de dados em vez de envolver os bibliotecários como entrevistados “cara-a-cara” teve que buscar outra fonte de consolidação dos discursos deles e a escolha recaiu sobre os portais de bibliotecas/sistemas de bibliotecas.

Diante disso, o objetivo geral inicialmente dado: “Compreender a contribuição que o CEBB – Código de Ética do Bibliotecário Brasileiro – oferece para o bibliotecário quanto à sua identidade profissional e quanto à sua inserção na sociedade como pessoa portadora da profissão de bibliotecário”, precisou ser ajustado a fim de que fosse possível a realização do estudo em 2012 e continuado neste ano de 2013.

Segundo a proposição inicial em que se buscou encontrar as percepções de valor e sentido do CEBB, “a noção de valor [...] tem relação com o suporte que o bibliotecário acredita encontrar no CEBB para realçar sua condição de cidadão civil, particularmente, no que diz respeito às suas potencialidades econômicas e políticas, a noção de sentido [...] tem a ver com o suporte que o bibliotecário acredita encontrar no CEBB para realçar sua condição de autoridade profissional, particularmente no que diz respeito ao desempenho de sua profissão no interior das relações sociais”.

Tendo em vista o ajuste realizado quanto ao objetivo geral da pesquisa, nesta etapa, igualmente como na anterior, se estudou o discurso dos portais das bibliotecas das dez universidades com melhor posicionamento em qualidade na pesquisa, segundo o Ranking Universitário Folha – RUF – 2012. Tais discursos foram tomados como podendo refletir a ética profissional do bibliotecário, na medida em que reiteradamente os bibliotecários se apresentam como dirigentes de bibliotecas nas IES em que atuam.

Este relatório compõe-se de nove partes, cujas oito restantes se desdobram a seguir.

2 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS UTILIZADOS

Nesta pesquisa laborou-se a partir da ideia de que a atuação da biblioteca universitária deve refletir uma conduta bibliotecária plenamente ética acionada pela noção de comunicação-como-cuidado e cuidado-como-acolhimento e acolhimento como mutualidade-de-construção de sentido do bem bom. Por isso, dada a dificuldade que se teve na primeira etapa do estudo (SOUZA, 2013) em obter a adesão e a aceitação dos bibliotecários de IES das regiões sudeste e nordeste em dar respostas sobre o valor e sentido que atribuíam ao Código de Ética do Bibliotecário Brasileiro, caminhou-se para o trabalho sobre os portais das BUs a fim de observar como a comunicação apresentada nesse canal, quando mantidos por essas IES, expressa uma ética bibliotecária nos vários segmentos discursivos veiculado pelos portais, isto é, como apresentam e se apresentam um discurso de recorte estratégico que exponha visão, missão, objetivos, finalidades, serviços, regulamentos, etc. e como o fazem, com que tipo de atitude o fazem, com que perspectiva de relacionamento o fazem.

2.1 - Universo de busca dos dados primários

Esta etapa da pesquisa, que dá sequência a estudo iniciado em 2012, no qual foram examinados portais de sistemas de bibliotecas de universidades das regiões sul, sudeste e centro-oeste, mantém como seu universo as universidades brasileiras.

Esse universo é composto por 190 IES que é o tamanho do conjunto identificado no RUF-2012, nele incluídas as IES públicas e a IES privadas. Esses dados, confirmados pelo quadro quatro deste relatório, mostram que desse total 102 são públicas, das quais 59 vinculadas ao estado federal, 37 aos estados provinciais e seis ao estado municipal e as 88 restantes compõem o setor privado.

2.2 - Amostra selecionada e delimitação da observação

A amostra ora em análise está composta pelas dez melhores IES das regiões norte e nordeste do Brasil pelo indicador qualidade da pesquisa, tomando-se como referência os critérios empregados pelo RUF-2012, com base nos dados de 2011. O RUF (Ranking Universitário Folha) é mais um instrumento de avaliação das instituições que compõem o Sistema de Ensino Superior do País e que tenham a estrutura de universidade. Sua diferença em comparação a outros instrumentos similares é que se trata de uma iniciativa privada de jornal brasileiro, que pode vir em sentido complementar aos recursos anteriormente existentes e, provavelmente, embutindo outros aspectos de criticidade

necessários a uma visão mais ampla. De certa forma, responde a uma queixa oriunda de vários setores, acadêmicos, empresariais, etc., que costumavam reclamar da existência no país apenas dos sistemas oficiais de avaliação de desempenho das IES.

Algumas informações de caracterização mais geral foram buscadas nos sites das IES selecionadas (UFC; UFPE; UFBA; UFPB; UFRN; UFRPE; UFPA; UFAL; UFCG E UFS), mas a fonte mais explorada foi o portal de cada sistema bibliotecário a elas vinculados.

Complementarmente, nas **seções 4.2. e 5 mais a frente** fez-se a descrição das IES selecionadas, a partir da extração de dados primários necessários à realização deste trabalho, bem como foi esclarecido o porque de sua escolha, reforçado pelo teor do texto inicial desta seção.

2.3 - Os dados primários buscados

Basicamente, foram coletados dados referentes a Finalidades e valores expressos pela biblioteca; regulamentação das operações; serviços ofertados; comunicação sobre conduta profissional; público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico; material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo; estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado e quaisquer comunicações que visam afirmar sobre a conduta profissional delineada para o funcionamento da biblioteca.

2.4 – Recursos operacionais empregados para a coleta dos dados

A partir de uma planilha construída de maneira a relacionar cada sistema bibliotecário das IES selecionadas com as informações colhidas em seu portal fez-se a busca individualizada. Em cada etapa de navegação no respectivo portal buscou-se colher dados sobre os tópicos mencionados na seção anterior de modo a assegurar a adequação do processo de recolha.

2.5 - Período de Coleta

Os dados foram coletados em vários momentos de navegação, no período que foi de julho a dezembro de 2013. No caso de ter sido possível a coleta completa dos dados de uma determinada biblioteca, fez o esforço de ali retornar a fim de averiguar a inserção de informação nova. Isso servia, nos poucos casos em que se percebeu algo novo como conteúdo ou forma, para confirmar a maior ou menor tendência em melhor dar atenção ou cuidado para o público da instituição.

2.6– Tratamento e análise

Os dados discursivos encontrados foram agregados em tabelas e analisados com base nos valores profissionais predominantes no Código de Ética do bibliotecário brasileiro, sintetizados no quadro 1 abaixo.

[Quadro 1]

Quadro dos principais valores profissionais do Bibliotecário – Código de Ética - CFB

VALORES	POSTURA DESEJÁVEL
Dignidade	Dignificar a profissão
Respeito	Respeitar o valor da ciência Respeitar o valor da técnica Respeitar as leis e normas estabelecidas para o exercício da profissão Respeitar as atividades dos colegas bibliotecários Respeitar as atividades de outros profissionais atuantes na biblioteca
Responsabilidade	Assumir responsabilidade profissional para com o desenvolvimento da sociedade Assumir responsabilidade cidadã para com os princípios legais que regem o país
Compromisso	Assumir compromisso com o atendimento das demandas dos usuários
Solidariedade	Ser solidário com os colegas, mas sem acobertamento de condutas erradas

3 – ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ECONÔMICAS DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Estudos estatísticos do IBGE têm proporcionado um conjunto vasto de material que auxilia de forma alentada ao desenvolvimento de pesquisas que elegem a abordagem qualitativa. Constituem um suprimento de informações de muita relevância para a interpretação das questões submetidas a uma análise mais complexa, que o contexto socioeconômico implica.

Quando combinadas com outras fontes estatísticas, a exemplo de bases de dados geradas no CNPq ou em outras agências de fomento ao desenvolvimento da educação e pesquisa no Brasil, oferecem um alcance muito maior.

Neste tópico, combinam-se dados dentre os quais a maior parte foi originada no trabalho do IBGE, ainda quando as fontes citadas não sejam diretamente dessa instituição. Essa combinação é, portanto, baseada no cotejamento dos dados feito pelo autor.

No esforço de melhor compreender-se a atuação dos sistemas de bibliotecas das dez instituições selecionadas (UFC; UFPE; UFBA; UFPB; UFRN; UFRPE; UFPA; UFAL; UFCG E UFS), fez-se a composição do quadro dois, contando com dados de maior amplitude relativos a aspectos demográficos, geográficos, econômicos e educacionais dos Estados da Federação brasileira (Ceará, Pernambuco, Bahia, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pará, Alagoas e Sergipe) em que estão sediadas essas universidades.

Esses dados, por si mesmos, exibem uma situação, quando comparados com os índices nacionais, de significativa precariedade local, especialmente quanto à renda média domiciliar *per capita*, o percentual de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza pelo critério internacional de renda mínima, o contingente de estudantes em IES privadas, o percentual de estudantes de 18 a 24 anos frequentando o ensino superior, a proporção de pessoas com 25 anos de idade ou mais com 15 anos ou mais de estudo e o percentual de famílias com crianças de zero a 14 anos que têm dificuldade ou muita dificuldade para chegar ao final do mês com o rendimento monetário familiar que obtém.

[Quadro 2]

Algumas características dos Estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil sedes das dez IES com maior qualidade em pesquisa – RUF 2012

IES (2011-2012)	Total da população residente no Estado (2010)	Núme- ro de munici- -pios (2010)	PIB do estado em R\$ mil (2011)(1)	Renda média domiciliar per capita em R\$ (2010) (2)	% da popula- ção em extrem a pobre- za (2010) (3)	Densida- de demográ- fica (Hab/Km ² - 2010)	% das pessoas que frequentam o ensino superior público -> privado (2009)	% de estudantes de 18 a 24 anos do Estado frequentando o ensino superior (2009) (4)	% de pessoas com 25 anos de idade ou mais com 15 anos ou mais de estudo (2009) (5)	% de famílias com crianças de 0 a 14 anos de idade com "muita dificuldade" e "dificuldade" para chegar ao fim do mês com o rendimento monetário familiar (6)
UFC 12a. / 1	8.452.381	184	87.982.000	445,88	18,4	56,76	38,5 -> 61,5	37,5	6,2	52,9
UFPE 16a. / 2	8.796.448	185	104.394.000	508,82	16,1	89,63	24,8 -> 75,2	32,4	7,2	57,1
UFRPE 34a. / 6										
UFBA 19a. / 3	14.016.906	417	159.869.000	481,18	17,7	24,82	25,3 -> 74,7	24,2	5,3	58,1
UFPB 28a. / 4	3.766.528	223	35.444.000	462,29	16,3	66,70	44,5 -> 55,5	34,4	7,4	56,2
UFCEG 42a. / 9										
UFRN 29a. / 5	3.168.027	167	36.103.000	531,56	13,0	59,99	37,6 -> 62,4	35,3	6,5	50,4
UFPA 35a. / 7	7.581.051	144	88.371.000	429,57	19,2	6,07	35,8 -> 64,2	23,2	5,3	48,7
UFAL 38a. / 8	3.120.494	102	28.540.000	421,32	20,5	112,33	28,7 -> 71,3	31,1	5,9	59,5
UFS 43a. / 10	2.068.017	75	26.199.000	508,20	15,3	94,35	30,6 -> 69,4	43,1	7,7	55,5

(1) Comparativamente, São Paulo = 1.349.465.000 / Rio de Janeiro = 462.376.000

(2) Comparativamente: Distrito Federal = 1.665,42 / São Paulo = 1.036,51

(3) Com base em valor proposto pelo Banco Mundial, uma receita per capita abaixo de R\$ 70,00 demarca a situação de extrema pobreza. Fonte:

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por incid%C3%Aancia_da_pobreza)

[estados do Brasil por incid%C3%Aancia da pobreza](http://pt.wikipedia.org/wiki/Anexo:Lista_de_estados_do_Brasil_por incid%C3%Aancia_da_pobreza). Comparativamente, Santa Catarina = 1,7 / Distrito Federal = 1,9 / São Paulo = 2,7

(4) Média nacional = 48,1

(5) Média nacional = 10,1

(6) Média nacional = 44,5

Comparando-se por um lado esses dados com os dados nacionais e cruzando-se partes desses dados em cada Estado da Federação tratado, pode-se perceber que políticas adotadas a partir de critérios homogeneizadores importados por via de um discurso central da educação, quando for o caso, promove um acento das desigualdades já evidentes e até agravam as diferentes formas de exclusão das pessoas. Por exemplo, no ano de 2010, enquanto a renda média domiciliar per capita no Distrito Federal era de R\$ 1.665,42 reais e em São Paulo era de R\$ 1.036,51 reais nos Estados das IES do Estudo aquele onde se dava o maior valor alcançava R\$ 531,56 reais, ou seja, menos de 1/3 da renda alcançada no Distrito Federal e em torno da metade daquela alcançada em São Paulo.

Ao se olhar para o indicador “extrema pobreza” encontra-se que enquanto os Estados de Santa Catarina tem 1,7%, Distrito Federal tem 1,9% e São Paulo tem 2,7% de pessoas vivendo nessa condição, nos Estados onde se situam as IES selecionadas para este Estudo o que tinha o menor percentual alcançava 13%, ou seja, oito vezes mais gente vivendo em extrema pobreza que no Estado de Santa Catarina, chegando ao extremo de um Estado sede de uma das IES do Estudo vê-se esse número ultrapassar os vinte por cento da população em situação de extrema pobreza. Esse dado é mais que confirmado quando cruzado com outro indicador referente à condição de sobrevivência: a

dificuldade ou muita dificuldade das famílias com crianças de 0 a 14 anos para chegar o fim do mês com o rendimento monetário familiar auferido. Em âmbito nacional, a incidência média dessa condição é de 44,5%. Nos estados onde se localizam as IES do Estudo o valor mais baixo é de 48,7% das famílias nessa condição; todos registram mais de 50% e no extremo superior em um dos estados esse índice chega quase a 60%.

Nesse mesmo contexto, em que se manifesta a presença de famílias com tantas limitações econômicas, ocorre a oferta de ensino superior predominantemente privado. Em um dos estados arrolados no estudo, ultrapassa a 75% o percentual de estudantes que frequenta o ensino superior não público. Considerando a faixa etária de 18 a 24 anos de idade, na qual costumeiramente se vê a concentração do maior número de estudantes em ensino superior, há Estado parte do estudo em que esse número mal supera os 23% e, no conjunto desses oito estados, como média, mal supera os 32%. Isso sugere atraso ou abandono escolar que, de fato, são altamente incidentes nas regiões Norte e Nordeste, que tem outra característica negativamente marcante: enquanto no Brasil a proporção de crianças de 7 a 14 anos de idade que não sabe ler nem escrever é de 6,8%, na Região norte ela vai a 10,1% e na Região Nordeste a 11,8%. Já para o grupo de 15 a 24 anos de idade esse índice para o Brasil é de 1,9% e para as regiões Norte e Nordeste é, respectivamente, de 2,2% e 3,9% (Quadro 3).

[Quadro 3] Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 7 a 24 anos de idade, por grupos de idade, que não sabem ler nem escrever, segundo Grandes Regiões, 2009.

Grandes Regiões/ Brasil	Proporção com idade de 7 a 14 anos	Proporção com idade de 15 a 24 anos
Brasil	6,8	1,9
Norte	10,1	2,2
Nordeste	11,8	3,9
Sudeste	3,9	0,9
Sul	3	0,9
Centro-oeste	4	0,7

Fonte: IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira – 2010. (Estudos & Pesquisa, 27)

Esse conjunto de dados revela insuficiências sociais e econômicas a serem resolvidas com apropriadas ações decorrentes do estabelecimento de políticas públicas e políticas profissionais, inclusive de iniciativa da categoria bibliotecária. Os fenômenos

traduzidos nesses indicadores interferem negativamente sobre toda e qualquer expectativa de progresso econômico e social, além de sua persistência nesse contexto colocar sobre os ombros dos que já saíram como formados no ensino superior das IES aí sediadas uma enorme responsabilidade. Não pode parecer justo que esses membros dessas sociedades sustentem suas ações em discursos que possam parecer carregados de preconceitos, isolacionistas, individualistas, exclusivistas até por que representam uma proporção muito pequena da população. Uma elite! Os dados aí agrupados indicam que o percentual de pessoas com idade de 25 anos ou mais, que obtiveram 15 anos ou mais de estudos, no Estado com melhor situação dentre aqueles que fazem parte do estudo, mal ultrapassa a 7,5% e no limite inferior vai pouco além de cinco por cento (Quadro 2).

4 – O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

O ensino superior no Brasil tem uma história que pode ser dividida em duas etapas. A primeira guarda relação com a implantação no início do século XIX, por ocasião da chegada da corte portuguesa em 1808, das primeiras escolas de formação de médicos, engenheiros e bacharéis em direito. De forma geral, no século XX, todas essas primeiras instituições de ensino deram origem ou restaram incorporadas às universidades que foram constituídas pelo Estado brasileiro.

A segunda etapa deu-se com a criação de instituições projetadas já com o propósito de se constituírem universidades, das quais a primeira foi a USP em 1934.

Esse atraso na constituição da universidade no Brasil tem como determinante o receio do Estado português, senhor do território brasileiro até o início do século XIX, de que nesta terra se constituísse por meio do ensino superior uma classe de pessoas dotadas de condições para buscar a emancipação política, com mais sucesso que o pretendido com o movimento que ficou conhecido como Inconfidência mineira, no século XVIII, marcado pela delação que fixou a figura heroica de Tiradentes. De certa maneira, a base para que o Brasil viesse a se emancipar do Estado português se deu pelo caminho político e da pior forma, isto é, pela vinda para este território dos governantes portugueses enquanto fugiam do enfrentamento direto com o imperador francês Napoleão Bonaparte. Tal episódio evidencia de maneira bastante forte a incapacidade do estado português à época de enxergar o Brasil não muito mais que um território para a extração de riquezas minerais e vegetais. Naquele período, dar asas para que se formasse uma nação independente, com grupos sociais tendo largo acesso à educação e ampliação do engenho empreendedor moderno neste território era tida como um potencializador da abreviação do poder colonial focado na extração dessa riqueza, em benefício dos negociantes portugueses e dos seus sócios imediatos, os ingleses.

Com isso, chegaram tarde a essas terras, tanto as condições para que os aqui residentes pudessem obter a titulação em educação superior em certos setores de interesse à época como também chegou tarde a emancipação política.

Mas a educação superior, especialmente em consequência das restrições existentes, era de acesso muito restrito até as primeiras décadas do século XX e cobria poucos campos. No final dos anos da década de 1950 e primeiros anos da década de 1960 era dirigida para poucas áreas de formação profissional e, paulatinamente ia incorporando a preparação para novas profissões que a economia do país passava a requisitar, como é o caso de Bibliotecário, cujo primeiro currículo mínimo oficialmente

aprovado para o ensino superior o foi em 1962.

4.1 - Universidade brasileira: seu desenvolvimento

Como já mencionado, a universidade enquanto uma unidade integradora de vários campos de saber, a partir de uma concepção global consolidada em torno de uma faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, surge no Brasil há menos de um século. Sua incipiência é de tal ordem, que no texto do projeto de criação da universidade de Brasília - UNB no início dos anos da década de 1960, está categoricamente afirmado que a estrutura existente no país naquele período a título de universidade poderia ser caracterizada como atrasada, quase inoperante e sem condições de assegurar o progresso econômico da nação (RIBEIRO).

É fato que no final dos anos 1950 e início dos anos 1960 muitas universidades foram criadas em vários Estados da federação pela mera reunião de escolas isoladas neles instaladas em suas capitais como estabelecimentos privados ou subvencionados pelos Estados e pela União, sem autossuficiência econômica. Como se verá mais adiante neste relatório, a maioria das IES abrangidas por esta pesquisa resulta desse modelo e é criada nessa época.

Esse perfil institucional de universidade, então existente, deu argumentos para que no projeto de criação da UNB ela fosse caracterizada como a primeira universidade federal a ser estabelecida como tal e, além disso, a ser projetada como uma universidade nacional, com foco importante na formação de pós-graduado.

A revista Senhor publicou em janeiro de 1962 um texto de Darcy Ribeiro, um dos principais autores do projeto da UNB, em que ele defende a modernização do que era então a universidade no país. Alí expõe algumas das razões do atraso existente, dizendo, por exemplo:

Temos concebido a cátedra como loteamento do saber em províncias vitalícias, outorgáveis através de certos procedimentos de seleção que asseguram a um professor a propriedade do ensino de uma disciplina, em certa série de dado curso e determinada faculdade. Após o concurso o usufrutuário vitalício de cátedra se liberta da obrigação de estudar e de atualizar-se. Pairando acima de qualquer juízo, orienta o ensino como bem entende ou desentende e, se quiser, pode não dar aulas e até ensinar outra disciplina, desde que esta não tenha donatário.

Entretanto, é perfeitamente possível conceber a cátedra como um grau universitário que assegure o provimento de cargos de magistério por concurso público e garanta ao professor estabilidade e liberdade docente, sem atribuir-

lhe a propriedade de certo ramo do saber. Para isso a unidade universitária passará a ser o departamento, dentro do qual deverá se estruturar a carreira do magistério, escalonando hierarquicamente os cargos – professor titular, adjunto e assistente – e os graus universitários correspondentes – doutorado, docência e cátedra – de modo a garantir o provimento por concurso, a estabilidade em cada etapa da carreira e a liberdade de ensino. (RIBEIRO, p. 17-18)

Ainda nesse documento, ao defender a modernização do que então era a universidade brasileira, Ribeiro evoca os esforços dantes tentados para se refundar as estruturas existentes. Diz:

No passado foram feitas diversas tentativas para romper com esta estrutura obsoleta. Tal foi o propósito da Universidade do Distrito Federal e, também, do projeto original da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que Armando de Salles Oliveira procurou instituir como órgão integrador da Universidade de São Paulo. A primeira foi fechada na onda de reação que varreu o mundo inteiro nos anos de ascensão do fascismo. A segunda não conseguiu vencer a resistência das faculdades tradicionais que teimavam em continuar estanques e autossuficientes. E a consequência foi a consagração do modelo de Faculdade de Filosofia com que contamos, cindidas entre as tarefas de formar professores e de preparar quadros científicos e intelectuais e, para isto, compelida a reproduzir, em miniatura, uma universidade inteira, da forma mais precária. (RIBEIRO, p. 20)

Exposto esse diagnóstico, Ribeiro vai encaminhar nesse documento a proposição do que seria a inovação estrutural do ensino superior a partir de então dando forma ao projeto da UNB, mas destacando o aspecto central, ou seja: uma universidade nova, inteiramente planejada, estruturada em bases mais flexíveis “Nada tem de inovador senão para nós, porque constitui a estrutura universitária atual, largamente experimentada e comprovada em sua eficácia em todos os países desenvolvidos”. (RIBEIRO, p. 20)

O texto de Ribeiro mostra todos os caminhos possíveis para se implantar esse modelo de universidade inovadora que já era o modelo corrente em muitos países. De certo modo, esse modelo, de forma violenta e tortuosa, com resistências à época – conforme atestam entrevistas de Fernandes (FLORESTAN), Holanda (OS VELHOS Mestres), dentre outros intelectuais e acadêmicos notórios – e desmontes futuros, foi sendo implantado a partir da tomada do governo federal por um golpe de estado em 1964 (FERREIRA, 2011) seguido de uma ditadura benéfica ao capitalismo da América do Norte. Essa ditadura, diz-se cada vez mais nos últimos anos, retardou o desenvolvimento do país em educação e em acesso a informação diversificada. Promoveu a interrupção da

constituição das redes estatais de bibliotecas públicas, inviabilizou a instalação de bibliotecas em todas as redes escolares, perturbou a capacitação de profissionais adaptados aos diferentes âmbitos de atuação no armazenamento de tipos diferentes de informação e documentos atinentes aos diferentes tipos de demandas e de recuperação. Assim, diferentemente de países economicamente centrais, a cegueira estratégica dos bibliotecários impediu que se implantassem cursos para a formação de Documentalistas. Não perceberam as mudanças no perfil da economia do país, contribuindo para a insuficiência progressiva de ações em bibliotecas públicas e escolares, que era o perfil predominante na educação dos bibliotecários na época, em parte pelo cenário econômico dominante no Brasil na primeira metade do século XX. Mas também não conseguiram perceber que o novo perfil constituído pela inserção da industrialização dos anos finais da década de 1960 pós-derrubada do governo constitucional de João Goulart, e anos seguintes, os retirava das bibliotecas escolares e públicas mas a sua educação universitária, com poucas disciplinas de técnicas modernas de processamento de informação, não eram suficientes para provê-los de conhecimentos sobre sociedade, política e economia de modo que em longo prazo, mesmo mantendo o nome oficial de uma profissão: bibliotecário, nem são bem bibliotecários porque acreditam intimamente que estão prontos para atuar com os objetos de informação mais próprios do que nos países centrais se chama de documentação e não são bem documentalistas porque não dispõem de todos os conhecimentos mínimos para o bom exercício dessa função.

Desse modo, por essa trajetória, são também afetadas as bibliotecas das IES que teriam ainda hoje características de bibliotecas pois dariam suporte ao ensino e aprendizagem ao tempo em que são também o suporte para pesquisa, desenvolvimento e inovação em ciência e tecnologia. E isso tende a ser ambíguo, na medida em que se apela para os estoques de informação científica e tecnológica e para tecnologias que podem ser inseridas nas bibliotecas de IES, deixando um pouco de lado as características do destinatário em formação nos cursos de bacharelado e licenciatura.

Assim, essa confusão mental de fundo conceitual que se construiu ao longo de décadas, mantém quase inalterada a estrutura esclerosada das IES, conforme identificada por Ribeiro no início dos anos da década de 1960. Por ironia, a LDB, lei que recebe o nome Darcy Ribeiro, de certa maneira, consagra o velho modelo que ele sonhava superar com o projeto da criação e implantação da UNB. O modelo modernizador implantado “impositivamente” pela ditadura política, sobretudo a partir de 1967, deixou muitas brechas de gestão, facilmente perceptíveis no fato de ver-se, em

2013, quase 2.400 IES, das quais menos de 200 constituídas como universidades, conforme os dados do quadro abaixo.

[Quadro 4]

Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES - 2011															
Unidade da Federação / Categoria Administrativa	Instituições														
	Total Geral			Universidades			Centros Universitários			Faculdades			IF e CEFET		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Brasil	2.365	819	1.546	190	86	104	131	51	80	2.004	652	1.352	40	30	10
Pública	284	95	189	102	48	54	7	1	6	135	16	119	40	30	10
Federal	103	64	39	59	31	28	-	-	-	4	3	1	40	30	10
Estadual	110	31	79	37	17	20	1	1	-	72	13	59	-	-	-
Municipal	71	-	71	6	-	6	6	-	6	59	-	59	-	-	-
Privada	2.081	724	1.357	88	38	50	124	50	74	1.869	636	1.233	-	-	-

Fonte: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>)

Na época pré-UNB havia escolas, faculdades, institutos reunidos e cada um de seu jeito, dispunha de bibliotecas de sua maneira o que se repete ou se mantém nos dias de hoje. Em geral, mesmo com os sistemas de avaliação, acompanhamento e fiscalização do MEC, as bibliotecas da grande maioria das IES são conjuntos de livros, sob a guarda de um docente, ou de bolsistas e estagiários de toda origem, dada a raridade de bibliotecários atuantes nesses estabelecimentos. Dantes, como hoje, se vê as mesmas formas singulares de organização; se vê bibliotecas de IES tomadas como tesouros pouco acessíveis, sobretudo por serem precariamente disponibilizadas aos estudantes.

Dantes, se podia ter situações como as evidenciadas em depoimentos como o de Braga (MENDONÇA; SOUZA, 2013) que faz referência a um embate tido com um professor que, nos anos da década de 1960, na UFSC, pouco lhe facilitava o trabalho como bibliotecária recém-contratada. Ela diz que:

Uma vez escutei de um professor, ele era o Diretor, o dono, o catedrático da Faculdade de Direito e a biblioteca estava lá amarradinha e ele não queria soltar. Ele disse para mim assim: “você não pense que vai conseguir pegar aqueles livros de lá, eu não deixo”.

Depois o professor [...] que era Secretário de Saúde, da Justiça, eles queriam ficar com os livros em casa e eu não deixava, porque o livro não era adquirido para o professor, o professor teria o seu livro, foi adquirido para o aluno. E isto

eu lutei muito, para que os nossos alunos tivessem livros à disposição. Alunos que não podiam comprar livros, agora o professor pode comprar; então a minha briga na Universidade era que os professores achavam que a Universidade comprava os livros para eles, então eles retinham o livro em suas casas, em suas salas e davam a bibliografia para o aluno e o aluno não tinha o livro porque ele estava com o livro.

Quando eu peguei a Universidade era assim, a biblioteca era tudo fechadinho, o aluno não tinha acesso ao livro. Eu lutei então, aí eu peguei armários enormes, com os livros lá em cima que ninguém via, ninguém sabia que tinha as riquezas, as maravilhas que tinham lá em cima. Eu fiz descer tudo e foi e foi. (MENDONÇA; SOUZA, 2013, p. 65-66)

Hoje as situações se revelam na quantidade de cursinhos e minicursos que são ofertados anualmente para preparar bibliotecários, em geral contratados por temporada, para organizar as respectivas “bibliotecas” para a visita do MEC. Um dos cursos ministrados por ocasião do SNBU, realizado em 2012, tinha por título “Bibliotecas Universitárias: avaliação pelo MEC/INEP (Slides Disponíveis em: http://www.snbu2012.com.br/minicursos-e-oficinas/pdf/Miriam_Queiroz_Rocha.pdf . Acesso em: 08/12/2013).

Essas características em linhas muito gerais do desenvolvimento da educação superior no Brasil e o que implica sobre suas bibliotecas pode demonstrar, por conseguinte, que a própria tradição do que seria uma biblioteconomia universitária brasileira ainda é pouco desenvolvida. Por isso, muito das más condutas profissionais que se percebe nesse segmento pode ser atribuído à memória dessa maltratada trajetória histórica do ensino superior no país, de cujos valores atrasados, social e moralmente, padece a prática profissional dos bibliotecários atuantes em IES no Brasil. Como se verá mais adiante, essas práticas se revelam majoritariamente tanto mais insatisfatórias quanto mais atrasado é o contexto econômico que cerca a instituição de ensino. Essa insatisfação diz respeito ao tratamento fornecido aos chamados usuários, que é geralmente de baixo teor de civilidade, quando se considera as práticas de estimulação do respeito ao uso da coleção e ao cumprimento pelo usuário de prazos de devolução do material emprestado. Como vários indicadores sociais, econômicos e educacionais do tipo que já se viu acima mostram duas regiões que detêm as piores taxas nacionais, poder-se-á ver, a partir de agora, quais e o que são as IES nelas sediadas e os sistemas bibliotecários que elas mantêm, uma vez que representam o que tem de melhor, segundo o RUF-2012, em qualidade de pesquisa.

4.2 – Características das dez universidades das regiões norte e nordeste destacadas pela qualidade da pesquisa no RUF- 2012

Numa abordagem inicial, serão tomados alguns indicadores, sobretudo de ambiência acadêmica, para se fazer uma análise das regiões Norte e Nordeste, quanto as IES selecionadas para o estudo. Alguns dos principais aspectos considerados estão expostos como expressão estatística no **quadro cinco** a seguir.

Para começar, é adequado ressaltar-se que na etapa anterior desta pesquisa, concluída em 2012, ficou demonstrado que as dez primeiras posições no RUF-2012 por qualidade em pesquisa foram ocupadas por IES das regiões sul, sudeste e centro oeste, isto é, USP; UNICAMP; UNIFESP; UFRJ; UFRGS; UFMG; UNESP; UFSCar; UFSC e UNB. Foram cinco de São Paulo, uma do Rio de Janeiro, uma de Minas Gerais, uma do Rio Grande do Sul, uma de Santa Catarina e uma de Brasília. De outra forma, vê-se que todas são públicas, sete são da região sudeste, duas da região sul e uma do centro-oeste. Das cinco sediadas no estado de São Paulo, quatro pertencem à estrutura dessa unidade da federação. Como se vê não aparece dentre aquelas dez nenhuma IES das Regiões Norte e Nordeste.

E exatamente essas, do Norte e Nordeste, é que são tratadas nesta etapa e apresentadas neste relatório. A primeira circunstância que se observa, é que essas dez primeiras instituições das Regiões Norte e Nordeste no RUF-2012 estão situadas somente nos segundo, terceiro, quarto e quinto grupos de dez. O quadro cinco evidencia que elas se dispersam, respectivamente, com a ocupação de três posições entre as vinte primeiras, cinco posições entre as trinta primeiras, oito posições entre as quarenta primeiras e dez posições entre as quarenta e três primeiras totalizando, portanto, dez. Isso não representa um cenário destoante com os dados já anteriormente apresentados nos quadros dois e três, por meio dos quais ficaram evidentes as fragilidades sociais, econômicas e humanas dessas regiões refletindo-se, claramente, na colocação em que se encontram as suas instituições de ensino superior.

[Quadro 5]

Características da ambiência acadêmica de IES sediadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil com mais qualidade em pesquisa segundo o RUF 2012

IES (2011-2012)	Número de Grupos de Pesquisa na IES (Lattes, CNPq, 2010)	Número de Doutores na IES (Lattes, CNPq, 2010)	% que a IES dispõe do número de titulados doutor no Estado	Número de Cursos de Graduação na UES (Site, IES, 2012)	Número de Cursos de Pós- Graduação na IES (Site, IES, 2012)	Número de titulados com doutorado no estado (Lattes, CNPq, 2013) (1)
UFC 12a. / 1	325	1361	53,4	119	50 M / 36 D	2.544
UFPE 16 ^a . / 2	523	2212	62,2	99	71 M / 45 D	3.554
UFBA 19 ^a . / 3	484	1964	48,1	112	57 M / 39 D	4.080
UFPB 28 ^a . / 4	352	1308	49,1	104	50 M / 33 D	2.660
UFRN 29 ^a . / 5	223	1305	62,9	72	56 M / 31 D	2.073
UFRPE 34 ^a . / 6	111	624	17,6	51	26 M / 15 D	3.544
UFPA 35 ^a . / 7	353	1101	55,9	85	56 M / 26 D	1.967
UFAL 38 ^a . / 8	254	779	87,6	53	30 M / 8 D	889
UFCEG 42 ^a . / 9	169	755	28,3	95	19 M / 11 D	2.660
UFS 43 ^a . / 10	196	791	86,9	119	38 M / 8 D	910

(1) Comparativamente, São Paulo = 26.637 / Rio de Janeiro = 13.989

Vê-se que, pelos dados compilados, é exíguo o número de pessoas com título de doutor existente no respectivo Estado, mesmo que se esteja levando em conta somente aquelas que cadastraram seu currículo no Sistema Lattes – CNPq. Acredita-se que o número a maior de doutores, que por acaso esteja disponível, não superará significativamente esses dados, mesmo quando se considera o número de pessoas capacitadas nos Programas de Pós-Graduação, com o título de doutor entre 1996 a 2008, conforme os dados do MCTI (Apêndice).

Olhando-se então para os dados disponíveis, observa-se que um contingente significativo de titulados com o grau de doutor se encontra vinculado às IES, também dentre as que compõem a amostra deste estudo. Ocorre, inclusive, o caso de que IES de dois estados distintos contam com percentual de doutores em seus quadros que se aproximam de 90% dos titulados doutores existentes nos respectivos estados.

Além disso, em todas essas IES há a oferta de dezenas de Cursos de Pós-Graduação, incluindo os níveis de mestrado e de doutorado, sem contar que em todas há número superior a centena de Grupos de Pesquisa cadastrados no CNPq. Seja pela titulação, seja pelo envolvimento com pesquisa, seja porque constitui elite intelectual nos respectivos estados, esses pesquisadores, certamente, exercem liderança acadêmica, de

forma tal que se esperará terem uma presença e participação na vida de suas instituições capaz de contribuir com o pensamento e fomento de uma modernização nas estruturas das IES onde atuam, refletindo em todos os setores dos respectivos Estados e em benefício de suas populações.

A seguir, expõe-se uma pequena síntese histórica de cada uma dessas instituições, com a redação própria extraída de seu portal, como contributo para se cotejar com os dados dos quadros dois e três deste relatório, ambos referentes às condições sociais, econômicas e humanas de cada Estado. A ordem em que serão apresentadas obedece às posições de primeira a décima que cada IES tem na ordem de qualidade na pesquisa, segundo o RUF-2012.

A primeira IES das Regiões Norte e Nordeste, UFC, está posicionada como a 12a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Segundo se encontra em seu portal:

Nasceu como resultado de um amplo movimento de opinião pública. Foi criada pela Lei n. 2.373, em 16 de dezembro de 1954, e instalada em 25 de junho do ano seguinte. No início, sob a direção de seu fundador, Prof. Antônio Martins Filho, era constituída pela Escola de Agronomia, Faculdade de Direito, Faculdade de Medicina e Faculdade de Farmácia e Odontologia.

Sediada em Fortaleza, Capital do Estado, a UFC é um braço do sistema do Ensino Superior do Ceará e sua atuação tem por base todo o território cearense, de forma a atender às diferentes escalas de exigências da sociedade.

A Universidade é composta de seis campi, denominados Campus do Benfica, Campus do Pici e Campus do Porangabussu, todos localizados no município de Fortaleza (sede da UFC), além do Campus de Sobral, Campus do Cariri e Campus de Quixadá.

A Universidade Federal do Ceará, que há mais de 50 anos mantém o compromisso de servir à região, sem esquecer o caráter universal de sua produção, chega hoje com praticamente todas as áreas do conhecimento representadas em seus campi. (<http://www.ufc.br/a-universidade>).

Sua missão declarada é: “formar profissionais da mais alta qualificação, gerar e difundir conhecimentos, preservar e divulgar os valores éticos, científicos, artísticos e culturais, constituindo-se em instituição estratégica para o desenvolvimento do Ceará, do Nordeste e do Brasil”. (<http://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/60-lema-missao-visao-e-compromisso>).

E tem como visão: “Consolidar-se como instituição de referência no ensino de graduação e pós-graduação (*stricto e lato sensu*), de preservação, geração e produção de ciência e tecnologia, e de integração com o meio, como forma de contribuir para a superação das desigualdades sociais e econômicas, por meio da promoção do desenvolvimento sustentável do Ceará, do Nordeste e do Brasil”. (<http://www.ufc.br/a-universidade/conheca-a-ufc/60-lema-missao-visao-e-compromisso>).

A segunda IES das Regiões Norte e Nordeste, UFPE, está posicionada como a 16a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. No seu portal, encontra-se que:

A história da Universidade Federal de Pernambuco tem início em 11 de agosto de 1946, data de fundação da Universidade do Recife (UR), criada por meio do Decreto-Lei da Presidência da República nº 9.388, de 20 de junho de 1946. A UR reunia a Faculdade de Direito do Recife, a Escola de Engenharia de Pernambuco, a Faculdade de Medicina do Recife, com as escolas anexas de Odontologia e Farmácia, a Escola de Belas Artes de Pernambuco e a Faculdade de Filosofia do Recife.

Passados 19 anos, a Universidade do Recife é integrada ao grupo de instituições federais do novo sistema de educação do País, recebendo a denominação de Universidade Federal de Pernambuco, autarquia vinculada ao Ministério da Educação.

Em 1948, começa a construção do campus universitário. A discussão sobre a localização da obra foi iniciada um ano antes. Entre os lugares cogitados, estavam terrenos nos bairros de Joana Bezerra, Santo Amaro e Ibura, a área da Faculdade de Direito, no Centro do Recife; e um loteamento na Várzea, mesmo espaço onde antes funcionou o Engenho do Meio e hoje está a UFPE. Essa escolha ocorreu em razão de existir uma avenida projetada para o local. Também foram consideradas as condições climáticas e a topografia do terreno. Os recursos usados na aquisição e implantação do campus universitário foram provenientes do Governo do Estado, que alocou 0,10% dos impostos de vendas e consignações para a edificação do projeto. Os primeiros prédios construídos no campus foram o Broteiro, espaço destinado à criação de animais, que ficou localizado na área onde atualmente estão o Departamento de Nutrição e o Centro de Ciências da Saúde. A concepção do projeto arquitetônico do campus foi do arquiteto veneziano Mário Russo.

O primeiro reitor da universidade foi o professor Joaquim Ignácio de Almeida Amazonas, que também ocupou o cargo de diretor da Faculdade de Direito. Amazonas desempenhou a função de reitor por 12 anos".
(http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=176).

Sua missão declarada é: "Promover um ambiente adequado ao desenvolvimento de pessoas e à construção de conhecimentos e competências que contribuam para a sustentabilidade da sociedade, através do ensino, pesquisa, extensão e gestão".
(http://www.ufpe.br/ufpenova/index.php?option=com_content&view=article&id=163&Itemid=260).

A terceira IES das Regiões Norte e Nordeste, UFBA, está posicionada como a 19a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Em seu portal afirma:

A Universidade Federal da Bahia, criada pelo Decreto-Lei nº 9.155, de 8 de abril de 1946, e reestruturada pelo Decreto nº 62.241, de 8 de fevereiro de 1968, com sede na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, é uma autarquia, com autonomia administrativa, patrimonial, financeira e didático-científica, nos termos da Constituição Federal e do seu Estatuto.

Instituída oficialmente como Universidade da Bahia, em 8 de abril de 1946, sua constituição englobou a articulação de unidades isoladas de ensino superior pré-existent, públicas ou privadas, que se estabeleceram no estado desde o início do sec. XIX.

Suas raízes mais longínquas remontam ao Colégio Médico-Cirúrgico da Bahia, a mais antiga escola oficial de estudos superiores do País, criada pelo Príncipe Regente, D. João, em 1808, que deu origem à atual Faculdade de Medicina da Bahia. Mais tarde, foram criados e incorporados à Escola de Cirurgia os cursos de Farmácia, em 1832, e de Odontologia, em 1864. A atual Escola de Belas Artes também foi criada ainda no século XIX, em 1877, com o nome de Academia de Belas Artes da Bahia. À sua criação seguiram-se, ainda no século XIX, a da Faculdade de Direito (1891) e da Escola Politécnica da Bahia (1897). A Faculdade de Ciências Econômicas da Bahia e a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras surgiram já no século XX, em 1934 e 1941, respectivamente. Essas unidades de ensino superior constituíram o núcleo inicial da Universidade da Bahia. Em que pese o Decreto-Lei de 1946 que criava a nova universidade, não se pode afirmar que, naquele momento, surgia uma verdadeira universidade, mas sim uma reunião de escolas já existentes, que exigiam um amplo esforço da sua administração para se constituir em um efetivo sistema universitário, capaz de atender às necessidades econômicas, sociais e culturais da sociedade baiana. Esse foi o desafio enfrentado pelo Reitor Edgard Santos, seu primeiro reitor, até 1961, nos quinze anos em que esteve à frente da Universidade da Bahia.

(https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/pdiufba_2012-16_0.pdf).

A quarta IES das Regiões Norte e Nordeste, UFPB, está posicionada como a 28a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Encontra-se em seu portal que:

A Universidade Federal da Paraíba (UFPB) foi criada pela Lei Estadual 1.366, de 02 de dezembro de 1955, e instalada sob o nome de Universidade da Paraíba como resultado da junção de algumas escolas superiores.

Posteriormente, com a sua federalização, aprovada e promulgada pela Lei nº. 3.835 de 13 de dezembro de 1960, foi transformada em Universidade Federal da Paraíba, incorporando as estruturas universitárias existentes nas cidades de João Pessoa e Campina Grande.

No início de 2002, a UFPB passou pelo desmembramento de quatro, dos seus sete campi. A Lei nº. 10.419 de 9 de abril de 2002 criou, por desmembramento da UFPB, a Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), com sede em Campina Grande. A partir de então, a UFPB ficou composta legalmente pelos campi de João Pessoa (capital), Areia e Bananeiras, passando os demais campi (Campina Grande, Cajazeiras, Patos e Sousa) a serem incorporados pela UFCG.

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo

Federal, a UFPB criou em 2005 mais um campus, no Litoral Norte do Estado, abrangendo os municípios de Mamanguape e Rio Tinto, Desde sua criação e ao longo de toda sua história, a UFPB vem cumprindo papel fundamental na promoção do ensino, da pesquisa e da extensão. Na esfera da educação superior, a UFPB tem o reconhecimento social como resultado de sua histórica contribuição, tanto para o avanço científico e tecnológico regional, quanto para a formação de quadros profissionais de excelência para o Estado da Paraíba e para o restante do país, com destaque para a Região Nordeste". (<https://www.ufpb.br/content/hist%C3%B3rico>).

A quinta IES das Regiões Norte e Nordeste, UFRN, está posicionada como a 29a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Seu portal expõe que:

A Universidade Federal do Rio Grande do Norte origina-se da Universidade do Rio Grande do Norte, criada em 25 de junho de 1958, através de lei estadual, e federalizada em 18 de dezembro de 1960. A Universidade do Rio Grande do Norte, instalada em sessão solene realizada no Teatro Alberto Maranhão, em 21 de março de 1959, foi formada a partir de faculdades e escolas de nível superior já existentes em Natal, como a Faculdade de Farmácia e Odontologia; a Faculdade de Direito; a Faculdade de Medicina; a Escola de Engenharia, entre outras.

A partir de 1968, com a reforma universitária, a UFRN passou por um processo de reorganização que marcou o fim das faculdades e a consolidação da atual estrutura, ou seja, o agrupamento de diversos departamentos que, dependendo da natureza dos cursos e disciplinas, organizaram-se em Centros Acadêmicos. Nos anos 70, teve início a construção do Campus Central, numa área de 123 hectares.

(<http://www.sistemas.ufrn.br/portal/PT/institucional/historia/#.UpY669JDsoU>)

A sexta IES das Regiões Norte e Nordeste e a segunda do Estado de Pernambuco, UFRPE, está posicionada como a 34a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Seu portal expõe que:

A Universidade Federal Rural de Pernambuco tem sua origem datada no dia 3 de novembro de 1912, na cidade de Olinda, a partir da criação das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária São Bento, com oferta dos cursos de Agronomia e Medicina Veterinária.

Em 07 de janeiro de 1917, o curso de Agronomia, como Escola Superior de Agricultura de São Bento, foi transferido para o Engenho São Bento, uma propriedade da Ordem Beneditina, localizado no Município de São Lourenço da Mata, Pernambuco. O curso de Medicina Veterinária permaneceu em Olinda, compondo a Escola Superior de Veterinária de São Bento, até 1926 quando teve suas atividades encerradas.

No ano de 1947, através do Decreto-Lei nº 1.741 de 24 de julho, do Interventor Federal no Estado de Pernambuco, Dr. Amaro Gomes Pedrosa, a Escola Superior de Agricultura de Pernambuco (ESA), a Escola Superior de Veterinária (ESV), o Instituto de Pesquisas Agronômicas (IPA), o Instituto de Pesquisas Zootécnica (IPZ) e o Instituto de Pesquisas Veterinárias (IPV) passam a constituir a Universidade Rural de Pernambuco (URP).

No dia 4 de julho de 1955, através da Lei Federal nº 2.524, a Universidade foi então federalizada, passando a fazer parte do Sistema Federal de Ensino Agrícola Superior. Com a promulgação do Decreto Federal nº 60.731, de 19 de maio de 1967, a instituição passou a denominar-se oficialmente Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).

Sua missão explícita é: “Construir e disseminar conhecimento e inovação, através de atividades de ensino, pesquisa e extensão atenta aos anseios da sociedade”.

Sua visão para 2016 é: “Ser reconhecida pelas melhores práticas universitárias, pautadas na gestão participativa” e para 2020 é: “Consolidar-se no âmbito regional como universidade pública de excelência”. (http://www.ufrpe.br/download.php?endArquivo=estaticas/235_PDI-2013-2020-CONSU.pdf.txt.pdf)

A sétima IES das Regiões Norte e Nordeste, UFPA, está posicionada como a 35a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Em seu portal, sabe-se que:

A Universidade do Pará foi criada pela Lei nº 3.191, de 2 de julho de 1957, sancionada pelo Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, após cinco anos de tramitação legislativa. Congregou as sete faculdades federais, estaduais e privadas existentes em Belém: Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras e Ciências Econômicas, Contábeis e Atuariais.

Decorridos mais de 18 meses de sua criação, a Universidade do Pará foi solenemente instalada em sessão presidida pelo Presidente Kubitschek, no Teatro da Paz, em 31 de janeiro de 1959. Sua instalação foi um ato meramente simbólico, isso porque o Decreto nº 42.427 já aprovara, em 12 de outubro de 1957, o primeiro Estatuto da Universidade que definia a orientação da política educacional da Instituição e, desde 28 de novembro do mesmo ano, já estava em exercício o primeiro reitor, Mário Braga Henriques (nov. 1957 a dez. 1960). O princípio fundamental da UFPA é a integração das funções de ensino, pesquisa e extensão. (<http://www.portal.ufpa.br//includes/pagina.php?cod=historico-e-estrutura>)

Sua missão declarada é: “Produzir, socializar e transformar o conhecimento na Amazônia para a formação de cidadãos capazes de promover a construção de uma sociedade sustentável”. (<http://www.portal.ufpa.br//includes/pagina.php?cod=missao-da-ufpa>)

Sua visão explícita é: “Ser referência nacional e internacional como universidade multicampi integrada à sociedade e centro de excelência na produção acadêmica, científica, tecnológica e cultural”. (<http://www.portal.ufpa.br//includes/pagina.php?cod=missao-da-ufpa>)

A oitava IES das Regiões Norte e Nordeste, UFAL, está posicionada como a 38a. IES em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Seu portal veicula que:

A Universidade Federal de Alagoas foi criada em 25 de janeiro de 1961, por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, reunindo as Faculdades de Direito (1933); Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957).

Dentro do Plano de Expansão das instituições públicas de ensino superior, denominado Expansão com Interiorização, do Governo Federal, a Ufal criou, em 2006, o Campus Arapiraca, no agreste alagoano, que se estende de sua sede, em Arapiraca, para as unidades em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa. Em 2010, foi inaugurado o Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia e a unidade de Santana do Ipanema.

A presença da Ufal no território alagoano, por meio de suas atividades de ensino, pesquisa, extensão e assistência, representa importante vetor de desenvolvimento de Alagoas, sobretudo por se tratar de um dos Estados que apresenta elevadíssimos indicadores de desigualdades do Brasil. Mas, ao mesmo tempo, significa enfrentar enorme desafio para exercer plenamente sua missão social neste contexto periférico, de grandes limitações e precariedades”. (<http://www.ufal.edu.br/institucional/>)

Sua missão declarada é “produzir, multiplicar e recriar o saber coletivo em todas as áreas do conhecimento de forma comprometida com a ética, a justiça social, o desenvolvimento humano e o bem comum”. (<http://www.ufal.edu.br/institucional/>)

Seu objetivo explícito é “tornar-se referência nacional nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, firmando-se como suporte de excelência para as demandas da sociedade”. (<http://www.ufal.edu.br/institucional/>)

A nona IES das Regiões Norte e Nordeste e a segunda do Estado da Paraíba, UFCG, está posicionada como a 42a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Em seu portal, localizando-se o documento do PDI – Plano de desenvolvimento Institucional, sabe-se que:

A Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), criada pela Lei no. 10.419 de 09/04/2002, nasceu a partir do desmembramento da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Desde sua criação, a UFCG conta com a estrutura multicampi. A cidade de Campina Grande, sede da Reitoria, conta com o Centro de Humanidades (CH), o Centro de Ciências Biológicas e da Saúde (CCBS), Centro de Engenharia Elétrica e Informática (CEEI), Centro de Tecnologia e Recursos Naturais (CTRN) e Centro de Ciências Tecnológicas (CCT). Em Cajazeiras situa-se o Centro de Formação de Professores (CFP), em Sousa, o Centro de Ciências Jurídicas e Sociais (CCJS) e em Patos, o Centro de Saúde e Tecnologia Rural (CSTR).

Ao longo da história das unidades que ora compõem a UFCG, a inclusão social e o desenvolvimento econômico da região sempre estiveram em destaque nos

projetos e ações da universidade. Entre outros pontos que podem ser considerados, a UFCG se torna pioneira na região por ser a primeira universidade federal do interior nordestino; por possuir centros tecnológicos de excelência no interior nordestino e ter todas as condições para qualificar a mão-de-obra para atender às demandas da indústria, serviços, setor público estadual e municipal, contribuindo com o progresso da região. (<http://www.ufcg.edu.br/administracao/documentosOficiais/planoDeDesenvolvimentoInstitucional.html>)

A décima IES das Regiões Norte e Nordeste, UFS, está posicionada como a 43a. em qualidade de pesquisa no RUF – 2012. Em seu portal, conhece-se que:

A criação da Faculdade de Ciências Econômicas e da Escola de Química (1948), seguida da Faculdade de Direito e Faculdade Católica de Filosofia (1950), Escola de Serviço Social (1954) e Faculdade de Ciências Médicas (1961), fez com que fosse atingido o número mínimo necessário de escolas superiores para que se pleiteasse a fundação de uma universidade em Sergipe.

Em 1963, a então Secretaria de Educação do Estado deu início ao processo de criação da universidade, concretizado em 1967 pelo Decreto-Lei nº 269 e efetivado em 15 de maio de 1968. À época, havia duas possibilidades de regime para a instituição: a autárquica e a Fundação Federal.

Institui-se, então, a Fundação Universidade Federal de Sergipe integrada ao sistema federal de ensino superior, incorporando todos os cursos superiores existentes no estado.

Hoje, a UFS possui, além do campus localizado em São Cristóvão, os seguintes campi: Aracaju (Campus da Saúde Prof. João Cardoso do Nascimento Júnior), Itabaiana (Campus Prof. Alberto Carvalho, instalado em 14 de agosto de 2006, Laranjeiras (instalado em 28 de março de 2007) e Lagarto (instalado em 14 de março de 2011)". (<http://divulgacoes.ufs.br/pagina/historia-2518.html>)

O histórico de todas as instituições, exceto da UFCG, que se autonomizou no ano de 2002, demonstra que seu processo de criação e desenvolvimento sempre esteve associado à formação e sustentação de um esforço local que se traduzia na criação de faculdades ligadas majoritariamente às ciências da saúde, direito e engenharias. De certa forma, a origem desses estabelecimentos estava associada à fixação de jovens, que à falta de ensino superior em suas cidades teriam que se deslocar para os chamados centros maiores. Em geral, esses aspirantes ao ensino superior ainda se constituam no âmbito de famílias com mais recursos financeiros. Era então uma demanda que partia de certo estrato de classe que iria constituir parte do contingente local dominante política e economicamente. Muitas décadas depois de estabelecidas, em sua maioria, por via da federalização, é que essas universidades tendem a colocar no seu horizonte de ação, ou

propor nas suas finalidades, missões e visões o ideal de favorecer a ascensão social de pessoas oriundas de estratos sociais economicamente mais precarizados. Como esse é um processo de longuíssimo prazo, permanece ainda muito evidente uma quase identidade com a formação de quadros para suporte à gestão pública e para as atividades produtivas direcionadas à geração de bens focados nos mercados, não necessariamente locais.

Essa posição mantém na ordem do dia a reprodução de procedimentos pautados *a priori* e contribuidores de uma replicação de ideias que, mesmo atualizadas em outras regiões do país ou do mundo, ainda não o foram de forma mais intensa nas regiões norte e nordeste do Brasil. Isso se dá mesmo com a existência dos quadros docentes altamente titulados, pela razão de estarem concentrados ou enfeudados nas capitais dos respectivos estados e em um ou outro município polo de desenvolvimento econômico, no caso de Campina Grande. Por essa condição, esses quadros mantêm-se sob vários aspectos separados dos setores mais carentes social e politicamente de seus estados e desse modo não contribuem mais efetivamente para a modernização estrutural e política dos recursos disponíveis em suas IES que, uma vez tornados mais contemporâneos em seus processos de trabalho, poderiam, por efeito imitativo, alavancar maiores mudanças em seus contextos próximos. Isso também tende a se reproduzir na constituição e nas estratégias de ação dos sistemas bibliotecários dessas IES.

De outro lado, esses titulados doutores, a levar-se em conta a população de cada estado aqui envolvido, constituem apenas um contingente muito pequeno de pessoas de modo que pouco interferirá em mudanças de hábitos e costumes de acesso ao conhecimento e à informação. Mas, eles poderiam ser um diferenciador na medida em que pudessem, quisessem, soubessem como influenciar as políticas a serem postuladas e praticadas nessas IES, quando nada questionando o sentido que têm determinadas estratégias de gestão de coleções bibliográficas nessas universidades.

5 – OS SISTEMAS BIBLIOTECÁRIOS ESTABELECIDOS NAS IES DAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL

Para melhor abordar os sistemas bibliotecários que se constituem nas dez IES acima descritas, cabe a apreciação de um pensamento que no Brasil parece provir da noção, ou de explicitá-la, de que todas as questões subjetivas que antecedem à estruturação e funcionamento das bibliotecas de IES estão resolvidas e, aí, inevitavelmente, situam-se as questões éticas e de valoração das várias circunstâncias que se superpõem aos fatores objetivos. Predominantemente, o que é evidenciado, de forma até exaustiva, é a falta de orçamento próprio. Se não é apenas esse objetivismo que seus autores desejam afirmar em palavras, suas ações gestoras, seus critérios e recursos de planejamento e avaliação denunciam esse ponto de partida.

No texto “Biblioteca universitária e ensino superior: em busca de um alinhamento estratégico”, Gurgel e Rodrigues (2011) expressam muito rapidamente uma solução que viria pela aplicação de um

modelo de avaliação que meça o alinhamento das ações das Bibliotecas Universitárias (BUs) às políticas de ensino de graduação das Instituições de Ensino Superior (IES) baseado no princípio-chave de alinhamento do *Balanced Scorecard* (BSC), dirigido à sinergia das ações das bibliotecas às políticas de ensino de graduação das IES (GURGEL; RODRIGUES, 2011).

Os autores fazem a adoção do modelo, aplicando suas técnicas junto a professores e estudantes de um Curso da Universidade Federal do Ceará, em que as questões subjetivas são desprezadas. Ao adotarem esse tipo de estratégia e difundirem-na como tantas outras que são bienalmente espargidas aos participantes do Seminário Nacional de Bibliotecas Universitárias – SNBU – evento racionalista objetivista de iniciativa da Comissão Brasileira de Bibliotecas Universitárias – CBBU – (http://febab.org.br/?page_id=229), que constitui grupo de trabalho da Federação Brasileira de Associações Bibliotecárias – FEBAB – (<http://febab.org.br/>) – os autores não fazem nada além da exposição de mais do mesmo. Isso não seria ruim se se considerar que muitas coisas precisam ser reafirmadas, mas este não parece ser o caso, pois deixa na obscuridade todo o universo das iniquidades que as IES e os seus sistemas bibliotecários constroem e sustentam.

Certamente, os autores podem limitar a sustentação do seu discurso num eficientismo gerencial, que é a ideia a partir da qual se colocam. Ainda na parte

introdutória desse texto, afirmam:

No caso das bibliotecas universitárias (BUs) públicas brasileiras, a gestão está caracterizada pela falta de orçamento próprio e de autonomia e, nos últimos tempos, acompanhada pela explosão da informação e multiplicidade de suportes informacionais, o que a obriga a buscar formas gerenciais compatíveis com tantos desafios.

Partindo do entendimento de que essas bibliotecas devem executar ações vinculadas com as propostas pedagógicas dos cursos, além de buscar suscitar nos docentes a importância do seu papel estratégico para o ensino e a pesquisa, é, reconhecida a necessidade de verificação de padrões de gerenciamento adequados, para imprimir maior empenho em atender às necessidades de informação dos usuários. Acredita-se que essa mudança pode acontecer se houver maior interação dos objetivos das BUs com as diretrizes dos variados cursos das Instituições de Ensino Superior (IES).

A reciprocidade de ações entre bibliotecas e cursos de graduação é possível ser atingida com o alinhamento das estratégias de ação perseguido mediante o estudo dos projetos pedagógicos dos cursos (PPCs), da expectativa dos professores e alunos em relação à biblioteca, das condições de atendimento da biblioteca às bibliografias básicas constantes nas ementas das disciplinas e dos fatores essenciais para o desempenho da biblioteca no atendimento a essas necessidades (GURGEL; RODRIGUES, 2011).

No trecho acima, há uma evidente expressão do afastamento entre biblioteca e usuário. Parece que, no texto, a biblioteca é pensada como exterior à ação do professor e, por isso, os autores miram-no discursivamente com o fim de atraí-lo, isto é, a biblioteca deve buscar “suscitar nos docentes a importância do seu papel estratégico para o ensino e a pesquisa”. Nada mais equivocado num fluxo normal de formação social sadia; no entanto, nada mais verdadeiro como reconhecimento de que mesmo o professor na universidade, não teve a suficiente formação de uma educação ou alfabetização bibliotecária. Mas o próprio discurso carrega a dificuldade de postular a construção de uma alfabetização bibliotecária, pois reflete apenas o pensamento em torno da própria eficiência demonstrável pelos indicadores de gestão presencialista da biblioteca. Não chega nem a ser formulado um discurso em torno de boas práticas, mas tão somente um discurso para justificar um tal alinhamento estratégico com o ensino superior, como se um mundo objetivo, a biblioteca, queira assumir que está determinado a caminhar em paralelo como outro mundo objetivo, a IES, escusando-se adotar um tonus reflexivo que reconheceria, primeiramente, a relação de interdependência. Um aspecto que não deixa de estar revelado no discurso é o sentimento de inferioridade autoalimentado, ainda que não claramente assumido.

“Avaliação do desempenho de bibliotecas universitárias utilizando a análise envoltória de dados”, de Pinto e Rodrigues (2012), é outro texto, dentre vários mais recentemente produzidos, que vem pela via da pesquisa operacional, tomando o mundo

como coisa pronta, a ser submetida à avaliação, descarnada, des-cerebrada, des-humanizada. Ao menos é nesses termos que o texto se explicita em parte de sua introdução.

[...] o exame sistemático do desempenho é consideravelmente importante, visto que o monitoramento e a avaliação contribui para melhorar a gestão, já que produz a informação necessária para reconhecer e entender as causas dos sucessos e dos fracassos. Logo, para uma melhor alocação de recursos é necessário o uso de sistemas de medição de desempenho. Pois, analisar apenas as saídas ou produtos não proporciona uma visão completa em relação ao desempenho, ou seja, através desses sistemas, é possível avaliar como os recursos estão sendo utilizado.

Dentre as bibliotecas tradicionais que recebem investimentos do governo, destacam-se as bibliotecas universitárias, ambiente associado à produção e disseminação do conhecimento. Localizadas nas universidades, elas são responsáveis pelo tratamento, armazenamento e disponibilização do acervo das mesmas e estão de acordo com os objetivos de suas instituições mantenedoras.

[...] as bibliotecas universitárias, apresentam três traços comuns às organizações públicas:

- a) Múltiplos insumos – tais como funcionários, acervos de impressos ou audiovisuais, e área física – e funcionam sob limitação orçamentária;
- b) Em geral, não existem “preços de mercado” para alguns dos muitos produtos e serviços que produzem; e
- c) São organizações multi-propósito, incluindo-se em sua missão, ao lado das questões micro organizacionais típicas, temas de alto significado social, tais como o conhecimento, a educação, a cultura e a inclusão social.

Por causa do tipo específico de organização, as bibliotecas universitárias apresentam certa dificuldade na avaliação das suas medidas de eficiência. [...] a biblioteca universitária pode ser vista como uma empresa em que os funcionários fornecem as condições de operação para converter vários recursos (*inputs*) para o aprendizado dos alunos e de pesquisa dos professores (*outputs*). [...] é muito difícil avaliar o posicionamento competitivo/desempenho relativo de uma organização quando há múltiplos insumos e múltiplos produtos a serem considerados na análise de um sistema produtivo.

Neste contexto surge a Análise Envolvória de Dados (DEA), que é uma técnica de avaliação da eficiência de todo tipo de organização, pois [...] uma das vantagens da DEA é dispensar a análise com medidas únicas, isto é, possibilita que insumos e produtos tenham medidas diferentes, podendo avaliar empresas com mais de um *input* e/ou *output*. A ideia principal da técnica é a construção de uma fronteira formada pelas unidades eficientes (PINTO; RODRIGUES, 2012).

É um texto, como o citado anteriormente, que traz o resultado de pesquisa em que a tal “análise envoltória” é empregada. Característica do distanciamento com os aspectos subjetivos que envolvem a relação interpessoal de equipes profissionais e de seus

usuários é a descrição dos fatores amostrais levados em conta e os procedimentos adotados para construir o “chão” da pesquisa, explicitado no texto como Definição e escolha de *Inputs* e *Outputs* e constituído por fatores estritamente submetidos à medição:

O primeiro e provavelmente o passo mais difícil na avaliação da eficiência é decidir qual *inputs* e *outputs* devem ser incluídos. A escolha das variáveis deve partir de uma lista ampla de todos os fatores quantitativos e qualitativos, controláveis ou não que evidenciem as relações de produção de um conjunto de DMUs [Decision Making Units]. Esses fatores podem ser *outputs* que medem os resultados e os objetivos atingidos ou os *inputs* que são fatores internos ou externos ao sistema que influem nos resultados obtidos.

Para definição da relação entre o número de DMUs e o número total de *inputs* e *outputs* a serem utilizados alguns autores propuseram algumas regras. Uma regra é que o número total de DMUs deve ser pelo menos igual à duas vezes o somatório de *inputs* e *outputs*. Já outra regra é que o número de *inputs* e *outputs* afeta o número de DMUs que vão ser consideradas eficientes, ou seja, o número de DMUs estimadas eficientes após uma aplicação da DEA é, no mínimo, igual ao produto do número de *inputs* e *outputs*, então o tamanho da amostra deve ser no mínimo maior que o resultado deste produto.

Logo, levando em consideração essas regras, o primeiro passo foi definir o número de *inputs* e *outputs*, visto que o total da amostra de DMUs de 12 bibliotecas já estava definido, pois das 13 bibliotecas que compõem o SISBI, uma biblioteca funciona apenas como museu de obras. Assim, escolheu-se um primeiro número de variáveis: três *inputs* e três *outputs*. [...] como teríamos 12 DMUs presentes na amostra, no mínimo nove delas seriam consideradas eficientes.

Após a definição do número de variáveis, iniciou-se o processo de escolha das mesmas. [...] foram escolhidos os tipos de *inputs* que seriam utilizados, assim as medidas dos *inputs* foram divididas em três categorias: pessoal ou recursos humanos, coleções e edificação. Em relação ao primeiro tipo de *input*, foi escolhida a variável chamada de PES, que quantifica o número total de horas trabalhadas por cada biblioteca em um dia. Este valor é obtido multiplicando o número de funcionários da biblioteca em análise pelo número de horas trabalhadas por eles em um dia (existem funcionários que trabalham em um turno de oito horas e outros em um turno de 6 horas). Em relação ao segundo tipo, foi escolhida a variável chamada COL. Esta variável mensura o total de acervo disponível em cada biblioteca (títulos, teses, mídias eletrônicas, partituras, mapas e normas técnicas) excluindo o número de periódicos, já que estes não podem ser emprestados. E por fim, em relação ao último tipo, foi escolhida a variável designada de EDI, que expressaria a área total, em metros quadrados, de cada biblioteca.

Em relação aos *outputs*, foram escolhidos três inicialmente: a variável chamada EMP, que quantificaria o número total de empréstimos realizados no período analisado, a variável chamada REF, que retrata o número de transações feitas (reserva, devolução e renovação, que também pode ser feita pela internet) e, por fim, a variável denominada SERV, que mostraria o total de serviço realizado entre as bibliotecas. Em relação às variáveis REF e SERV, o SISBI é gerenciado pelo *software* VIRTUA, que não identifica as transações (devolução,

reserva e renovação que pode ser feita também pela internet) em cada uma das bibliotecas e nem os serviços realizados entre bibliotecas (um usuário pode ter realizado o empréstimo na biblioteca BIB1 e fazer a devolução na biblioteca BIB2, cada serviço deste seria contado como um serviço entre bibliotecas), pois ele trata todas as bibliotecas como sendo uma única biblioteca. Assim, esses dois *outputs* não puderam ser utilizados para a aplicação da técnica citada. Logo, foi necessário escolher outros *outputs*. [...] foi escolhida a variável chamada USU, que quantifica o número de usuários inscritos em cada biblioteca (PINTO; RODRIGUES, 2012).

Com a mesma densidade ideológica desses dois textos referidos, é que vem se constituindo a maior parte da produção do “pensamento do bibliotecário universitário” apresentado no SNBU e é, da mesma forma, ampliada a distância entre esse grupo profissional e a comunidade universitária. O que poderia constituir um discurso político humanizado e intersubjetivo em sua plenitude se adensa como um discurso meramente instrumental, que pré decide e, nestes termos, que afasta a interação e diálogo ético, aí entendida a preparação para a ação política, nos termos com os quais Aristóteles encaminha o seguimento de sua obra seminal “Ética a Nicômaco”. Obviamente, que o bibliotecário universitário modelado pela CBBU se dá para o seu contexto como o técnico, isto é, como um operador e, por isso, como o “martelo” que faz a máquina funcionar ou “pouco andar”. Em geral, o discurso que aplica modelos como os acima referidos, nos textos citados, parte de bibliotecários ao tentarem argumentar que o fazem para a máquina funcionar, mas pela esterilidade humana desse mesmo discurso, pela desconsideração de aspectos éticos fundamentais, pela incúria com os fatores humanos intervenientes em sua relação inevitável com os usuários, tem feito a máquina “pouco andar”, facilmente mostrada pela insuficiência sempre alegada de recursos orçamentários.

Se o entendimento reducionista eficientista pode ser tomado como o que vem sendo mais intensivamente aplicado à gestão da IES brasileiras, evidentemente, não estão dele excluídas as bibliotecas pertencentes às estruturas das Universidades referidas nesta pesquisa. Talvez, por isso, essa maneira predominante de dar respostas que aparentemente seriam mais proveitosamente bem encaminhadas dessa forma, continua a ser o mais do mesmo, que pouco altera o contexto.

Considere-se que um aspecto relevante a integrar esse contexto é a precariedade dos sistemas de bibliotecas do ensino superior em geral, cuja origem é de ordem financeira. Mas essa lamentação já ultrapassa meio século e praticamente, nenhuma das IES consideradas neste estudo, nesta etapa e na etapa anterior, consegue efetivar a

diretriz estabelecida pelos bibliotecários brasileiros reunidos no CBBB, em suas edições iniciais, que apontava a necessidade da destinação de 5% do orçamento anual da IES para a sua biblioteca ou, mais tarde, para seu sistema de bibliotecas.

Todas as IES que fazem parte da amostra aqui examinada são entes vinculados ao Ministério da Educação - MEC e em anos recentes caudatárias de recursos financeiros para implantar o Programa Reuni – de Reestruturação das Universidades. A configuração desse Programa em si já revela o precário cenário que lhe deu origem, isto é, do crescimento sucessivo do ensino superior privado, que forçou o governo federal a investir em novas vagas públicas para, ao menos, não ver em progressiva redução percentual o atendimento público que, há muito tempo, está em menos de 20% da oferta nominal de vagas. Desse modo, o grosso do recurso, empregado de 2007 a 2013, ano de seu encerramento como fonte financeira adicional, foi canalizado para a construção e recuperação de prédios e infraestrutura de mobilidade, um tanto para material de suporte ao ensino e laboratórios e a menor proporção para a recuperação de acervos, sua ampliação e adequação das coleções às demandas crescentes (Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/>. Acesso em: 07/12/2013).

Um segundo aspecto, de relativo peso, também a ser considerado, é o entendimento que a tal comunidade universitária, de forma geral, tem em relação às finalidades e funções da biblioteca. Na etapa anterior da pesquisa, a única IES que evidenciou todo o sentimento de valor que a biblioteca tem, traduzindo-o em documentos oficiais que a regulamentam a partir de deliberações dos órgãos centrais da Instituição foi a USP. Nas demais IES, em sua quase totalidade, há alguma deliberação dos Conselhos Superiores ou de uma autoridade administrativa com vínculo às reitorias, quando se trata da aplicação de punições aos usuários ou meramente para legitimar o regulamento da biblioteca. Pela extensão com que se manifesta essa cultura de desinteresse pela biblioteca, poder-se-ia designar a maioria dessas chamadas comunidades universitárias, incluídos seus doutores pesquisadores, membros de grupos de pesquisa, etc., como analfabetos bibliotecários. Isto é, têm uma leve noção do que seja a biblioteca como um lugar onde se encontra a informação, ou melhor, livros, mas pouca ou nenhuma noção de como ela poderia operar de maneira mais funcional e com melhor rentabilidade e maximização de benefício que decorreria em contraprestação aos limitados investimentos financeiros realizados.

Decorrente desse analfabetismo bibliotecário das comunidades universitárias nas quais também se insere o bibliotecário, incidirá um reflexo devastador na composição

qualitativa e quantitativa dos profissionais, assistentes e auxiliares atuantes na biblioteca. Considerando a necessidade de perfis crescentemente multidisciplinares, essas equipes tendem a prosseguir como vítimas de um isolamento acadêmico, promovido pela ideia generalizada do papel das BUs como bibliotecas depósito.

Exemplifica essa vitimização, também autoforjada, embora não generalizável, o documento, não debatido pela respectiva comunidade universitária e nem legitimado pelo Conselho Superior da Instituição, que trata da política de desenvolvimento de coleções do Sistema de Bibliotecas da UFSC (SIBI/UFSC), IES que ficou no nono lugar pela qualidade da pesquisa, de acordo com o RUF – 2012. Esse documento, do ano de 2012, é apresentado como:

[...] um instrumento para o planejamento e a tomada de decisões que oferece parâmetros eficazes para a formação e a manutenção do acervo, com base nas atividades de ensino, pesquisa e extensão da Universidade, de modo que o SiBi esteja dotado de ferramental e respaldo da comunidade acadêmica.

Na página 4 desse documento, disponível em http://www.bu.ufsc.br/design/PolDesColecoes_SIBIUFSC.pdf e acessado em 07/12/2013, encontra-se a seguinte afirmação:

A política de desenvolvimento de coleções do SiBi/UFSC tem como objetivo geral definir e implementar critérios para o desenvolvimento de suas coleções de objetos informacionais. Os objetivos específicos são:

- a) estabelecer normas para seleção e aquisição de material informacional;
- b) disciplinar o processo de seleção, tanto em quantidade como em qualidade, de acordo com as características dos cursos oferecidos pela instituição;
- c) atualizar permanentemente o acervo, permitindo o seu crescimento e o seu equilíbrio nas áreas de atuação da instituição;
- d) direcionar o uso racional dos recursos financeiros;
- e) determinar critérios para duplicação de títulos;
- f) estabelecer prioridades de aquisição;
- g) estabelecer formas de intercâmbio de publicações;
- h) traçar diretrizes para a avaliação das coleções;
- i) traçar diretrizes para o desbaste da coleção.

Além de ser um documento que não representa uma deliberação do Conselho Superior da Instituição, sendo meramente uma declaração de intenções da Biblioteca, essa explicitação de objetivos padece de uma impropriedade, por ter sido plagiado de um documento de política de outra biblioteca. E é mais grave ainda, por terem sido transcritos os objetivos de um documento de política de coleções de uma biblioteca pública,

constituindo, por isso, reflexo da vitimização autoforjada, ao revelar a má prática de uma equipe profissional que não poderá, provavelmente, alegar desconhecimento da origem do documento que foi plagiado.

O documento originalmente plagiado pelos bibliotecários da UFSC pertence à Biblioteca Municipal Simões de Almeida (tio), do município português de Figueiró dos Vinhos, situado na região centro de Portugal (Disponível em: <http://cm-figueirodosvinhos.pt/c/o-concelho-apresentacao.html>. Acesso em: 07/12/2013).

Originalmente denominado Política de desenvolvimento de colecções da Biblioteca Municipal Simões de Almeida (Tio), pode ser lido há mais de quatro anos em <http://pt.scribd.com/doc/3742203/Politica-coleccoes-BM-Simoes-de-Almeida> (último acesso em 07/12/2013). Foi elaborado em 2007 e, na página 1, expõe a finalidade e os objetivos principais da política ali adotada nos seguintes termos:

Finalidade: definir critérios para o desenvolvimento e actualização do seu acervo.

Principais objectivos:

- Estabelecer normas para selecção e aquisição de documentos;
- Disciplinar o processo de selecção, tanto em quantidade como em qualidade;
- Actualizar permanentemente o acervo, permitindo o crescimento e o equilíbrio do mesmo;
- Direcctionar o uso racional dos recursos financeiros;
- Determinar critérios para duplicação de títulos;
- Estabelecer prioridades de aquisição de documentos;
- Estabelecer formas para a permuta de publicações periódicas;
- Traçar directrizes para o expurgo de documentos;
- Traçar directrizes para a avaliação das colecções.

É peculiar que o documento adotado pelo SIBI/UFSC em 2012, como sua política de desenvolvimento de colecções, não somente contenha plágio de documento com propósito similar, formalizado por uma biblioteca pública, mas que mantenha a mesma redação quanto aos objetivos, e que, além disso, conte com o mesmo número de tópicos.

Se a assim denominada comunidade universitária tende a dar pouca importância a sua biblioteca universitária, evidentemente também se assujeita a tacitamente confirmar esse tipo de má conduta profissional por parte de suas equipes bibliotecárias. Isso denota um processo que parece se justificar quando se encontra relatos de como a comunidade universitária ou as autoridades universitárias tendem a se comportar e é evidente que tudo isso, de forma menos ou mais questionável, estará evidenciado nos discursos contidos nos portais dessas bibliotecas ou sistemas bibliotecários.

Quanto às atitudes tomadas por boa parte das comunidades ou autoridades universitárias brasileiras, é emblemático o relato de uma situação que se manifesta reveladora em uma das IES em análise nesta etapa da pesquisa. Esse relato foi escrito e publicado por Justino Alves Lima, no site de divulgação Infohome, na coluna ESTAÇÃO BIBLIOTECA E AS PLATAFORMAS DO CONHECIMENTO, em novembro de 2013, sob o título: “Um hiato abissal” (Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=789. Acesso em: 07/12/2013).

De acordo com Lima,

Os anos 70, do século passado, foram pródigos no surgimento das bibliotecas centrais universitárias. Em Sergipe, a novidade dos anos 70, chegaria ao final do ano de 1979, criando um hiato de aproximadamente dez anos.

O crescimento da universidade brasileira nos anos 70 e 80 (século XX) proporcionou o aumento do número de unidades de informação. As universidades impulsionadas pelo “milagre econômico” cresceram, surgindo novos *campi*.

Com o surgimento dos *campi*, e o aumento do número de bibliotecas, consequentemente, da circulação da informação, foi necessário repensar a forma de administrar os processos meios para que a disseminação da informação fluísse satisfatoriamente. Era necessário unificar o tratamento de entrada da informação eliminando distorções na aplicação dos códigos existentes por parte de bibliotecas isoladamente. Surge então o sistema de bibliotecas.

A criação de sistemas de bibliotecas no Brasil, em universidades mais desenvolvidas, ocupa o espaço dos anos 80. Na Universidade Federal de Sergipe, que havia criado a biblioteca central dentro da mesma década nacional, estabeleceu-se um hiato muito grande quanto à criação de um sistema de bibliotecas, rompendo as expectativas da concretização deste.

Somente no ano de 2011 é que foi enviada, a partir da Biblioteca Central, uma proposta para a criação do Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal de Sergipe. Segundo informações da direção da Biblioteca Central a proposta foi rejeitada pela Gerência de Recursos Humanos por acarretar despesa

financeira com a criação de cargos. Ora, seria impossível mudar de uma estrutura de Biblioteca Central de um *Campus*, para a estrutura de bibliotecas de cinco *Campi*, sem criar cargos.

Entretanto, no mesmo período, o Centro de Processamento de Dados, foi aparelhado com uma estrutura superior. Supostamente, ali residia uma importância administrativa e pedagógica não vista na questão estruturante da informação e documentação.

Com a recusa administrativa para a implantação de um sistema, o hiato entre a criação da Biblioteca Central e a necessidade de um sistema, tornou-se abissal, superando os hiatos presumíveis em quaisquer circunstâncias.

A Universidade Federal de Sergipe, continua sem contar com um Sistema de Bibliotecas, embora já possua cinco *campi*. Neste momento, a direção da Biblioteca Central, que assumiu no início deste ano de 2013, discute uma nova proposta de sistema, para ser apreciada pela administração (LIMA, 2013).

O trecho acima citado situa de uma forma mais geral como tem sido o processo corrente de gestão pelas IES de seus sistemas bibliotecários. A comparação que o autor faz da situação do Centro de Processamento de Dados com a da biblioteca evidencia que as decisões são tomadas no âmbito da mais grosseira análise burocrática, sem que a comunidade universitária, como ator político, aparentemente tenha participado efetivamente nas escolhas feitas. As razões desse aparente distanciamento ou apatia não seriam enigmáticas, certamente, mas devem ter relação com o modo como se exerce o poder político e administrativo nas IES. Possivelmente, esse mesmo jeito de operar que o recorte textual deixa supor também represente o modo predominante nas demais IES. De uma ou outra maneira, esse desgoverno estará refletido nos discursos que são apresentados nos portais das bibliotecas ou sistemas, e que constitui o objeto desta pesquisa. Desse modo, o que vem a seguir constitui parte do que foi captado nos sites/portais das bibliotecas centrais ou sedes dos sistemas de bibliotecas dessas IES, em sua própria linguagem, exceto da UFCG, cujo portal da biblioteca central esteve indisponível nas oportunidades em que se tentou fazer a busca de dados. Um fator a mais a ressaltar é que todas essas bibliotecas / sistemas funcionam em atendimento a IES multicampi.

IES (RUF -2012)	Descrição do Sistema Bibliotecário *
UFC 12a. / 1	De 1955 a 1969 foram instaladas 17 bibliotecas na UFC, pertencentes às unidades de ensino surgidas após a criação da Universidade. Com

	<p>implantação da Reforma Universitária (1972) e a instituição dos Centros, teve início a fusão de bibliotecas de áreas correlatas, em decorrência da extinção de alguns institutos de pesquisa, como os de Antropologia, Medicina Preventiva, Meteorologia, Tecnologia Rural e o de Zootecnia. À mesma época, ocorria o desmembramento da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras nas Faculdades de Educação, Ciências e Letras, nos Institutos de Matemática, Física, Química, Biologia e Geociências, favorecendo a criação de novas bibliotecas. Em 1996, os acervos das Bibliotecas de Ciências Humanas, Educação e Casas de Cultura foram reunidos formando uma única biblioteca denominada Biblioteca de Ciências Humanas. Atualmente, o Sistema de Bibliotecas da UFC, coordenado pela Biblioteca Universitária, compreende 12 bibliotecas em Fortaleza e 5 no interior.</p>
UFPE 16 ^a . / 2	<p>O Sistema é formado pela Biblioteca Central e por 12 unidades localizadas nos Centros Acadêmicos, Colégio de Aplicação. Juntas, reúnem em sua coleção cerca de 263.106 títulos com 951.280 exemplares</p>
UFBA 19 ^a . / 3	<p>O Sistema de Bibliotecas da UFBA, definido pelo Regimento Interno do SIBI (consolidado pela Resolução do Conselho Universitário n. 03, de 08.06.2009), é constituído por um Conselho Deliberativo, uma Diretoria e um conjunto de 29 Bibliotecas, instaladas nos diversos campi da UFBA, encontrando-se segmentadas em Áreas do Conhecimento: área I (Ciências Físicas, Matemática e Tecnologia); área II, (Ciências Biológicas e Profissões da Saúde); Área III (Filosofia e Ciências Humanas); Área IV (Letras); Área V (Artes). Além das bibliotecas classificadas nas referidas Áreas do Conhecimento, o SIBI/UFBA também engloba bibliotecas instaladas em Órgãos Suplementares da Universidade.</p>
UFPB 28 ^a . / 4	<p>O Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal da Paraíba - SISTEMOTECA – é um conjunto de Bibliotecas integradas sob os aspectos funcional e operacional, tendo por objetivo a unidade e harmonia das atividades educacionais, científicas tecnológicas e culturais da UFPB, voltadas para a coleta, tratamento, armazenagem, recuperação e disseminação de informações, para o apoio aos programas de ensino, pesquisa e extensão. O SISTEMOTECA compreende a Biblioteca Central e as Setoriais [...]. O SISTEMOTECA terá as funções de mecanismo alimentador dos planos e programas da Universidade Federal da Paraíba, de maneira a suprir em caráter permanente as atividades de ensino, pesquisa e extensão com as informações necessárias disponíveis. Outrossim, servirá à comunidade paraibana nos seus objetivos relacionados à educação, cultura e pesquisa .</p>
UFRN 29 ^a . / 5	<p>O Sistema de Bibliotecas (SISBI) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte é constituído pela Biblioteca Central Zila Mamede e pelas bibliotecas setoriais que funcionam em Centros Acadêmicos, Unidades Acadêmicas Especializadas, Unidades Suplementares e demais unidades acadêmicas localizadas em Natal e/ou no interior do</p>

	Estado, sendo a Biblioteca Central Zila Mamede a responsável pela coordenação, planejamento e fiscalização das atividades técnicas das unidades de informação que o compõem SISBI.
UFRPE 34 ^a . / 6	A Biblioteca Central da UFRPE surgiu no ano de 1914 como “depósito de livros” dos Cursos das Escolas Superiores de Agricultura e Medicina Veterinária “São Bento”, localizados inicialmente em Olinda, PE. Em 1938 com a mudança desses Cursos para o bairro de Dois Irmãos, no município do Recife, o acervo foi igualmente transferido [...] De 1947 a 1955 a Biblioteca era denominada “Biblioteca da Universidade Rural de Pernambuco (B-UFRPE)”. A partir do Decreto nº 93 de 03/11/1975, a Biblioteca passou a denominar-se Biblioteca Central da Universidade Federal Rural de Pernambuco (BC-UFRPE).
UFPA 35 ^a . / 7	São 37 bibliotecas universitárias que compõem o Sistema de Bibliotecas da UFPA, coordenadas tecnicamente pela Biblioteca Central. A maioria (19), está localizada no <i>campus</i> Belém, 8 em bairros da cidade e 10 nos <i>campi</i> dos municípios de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Breves, Cametá, Castanhal, Marabá (I e II), Tucuruí e Soure. Órgão Suplementar subordinada a Reitoria foi fundada em 19 de dezembro de 1962. Adota o <i>software</i> Pergamum para gerenciamento dos serviços técnicos e da rede de bibliotecas da UFPA. Disponibiliza acesso ao catálogo <i>on line</i> do acervo das bibliotecas da UFPA. Mantém a Estação de Pesquisas Acadêmicas – EPAC, com acesso gratuito à internet e um espaço próprio para o Portal de Periódicos da CAPES.
UFAL 38 ^a . / 8	Somente em 1989 o Sistema de Bibliotecas - SIBI passa a ter seu regimento, além de várias conquistas, como a adoção de uma política orçamentária garantindo 8% do orçamento institucional para o SIBI, o que assegurou a melhora do acervo bibliográfico, condições de uso das bibliotecas e a oferta de serviços especializados. O SIBI passa a ser composto pela Biblioteca Central, o Órgão Colegiado e 7 Bibliotecas Setoriais. O marco da nossa história se dá em 03 de abril de 1990, quando é inaugurado e aberto o novo prédio da Biblioteca Central. Durante o período compreendido entre 1987 a 1990, a biblioteca recebeu um grande impulso, transformando-a em um pólo de intercâmbio científico, cultural e social, saindo de um estado primitivo para uma performance moderna e dinâmica
UFCG 42 ^a . / 9	Indisponível. Observação 1: Acessando o portal da universidade, o usuário ao procurar o link “biblioteca” é remetido diretamente a um instrumento de busca por autor / título / assunto e biblioteca do sistema. Observação 2: Após várias tentativas de localização do material online, foi enviada em 25/11/2013, a seguinte mensagem para a Ouvidoria da UFCG “Há algum tempo procuro o portal da Biblioteca Central da UFCG. Meu propósito é coletar informações para estudo

	<p><i>comparativo que venho realizando sobre os aspectos éticos contidos nos discursos oficiais das BUs, consolidados em seus portais. Após mais de uma busca nos últimos seis meses, não tendo obtido o acesso a esse portal pergunto se ele existe ou outro caminho online em que eu possa levantar esses dados.”</i> No mesmo dia, o Ouvidor Maurino Medeiros envia a mensagem “<i>À Diretoria da Biblioteca Central da UFCG, para responder a dúvida do demandante.</i>” No dia 06/12/2013, a resposta obtida foi a seguinte: “<i>Olá Francisco, Em resposta ao e-mail encaminhado à Ouvidoria da UFCG solicitando informações sobre o site da Biblioteca, informamos que devido a algumas mudanças no Sistema de Bibliotecas da UFCG - SISTEMOTECA, principalmente ligadas à área de TI, o nosso site encontra-se em fase de estruturação, mas já com alguns conteúdos formulados. Dessa forma, pedimos por gentileza o detalhamento dessas informações e aspectos éticos utilizados como parâmetro em seu estudo comparativo, para dessa forma tentarmos fornecer os dados mais úteis possíveis à sua pesquisa. Ficaremos no aguardo do contato e teremos prazer em ajudá-lo no que precisar. A Direção. Biblioteca Central – UFCG.</i>”</p>
UFS 43 ^a . / 10	<p>Cria-se a Biblioteca Central, através da Resolução nº11/79/CONSU que aprova o Regimento datado de 07 de agosto de 1979, com a finalidade de planejar e incorporar todas as bibliotecas e coordenar a instalação definitiva para o campus universitário no ano de 1980</p>

* Informações obtidas nos meses de julho a dezembro de 2013.

O que se pode extrair ao final dessas descrições é uma percepção de que há algo a menos que não é apenas ausência de recursos orçamentários e nem apenas a aplicação exacerbada de um reducionista eficientismo de gestão, conforme se depreende dos textos acima citados, a apontar a busca de caminhos para melhor situar a biblioteca das IES em suas comunidades imediatas. Em parte, há circunstâncias que ao serem melhor ou mais amplamente tratadas, poderão oferecer mais esclarecimento. Uma dessas circunstâncias tem relação com a própria figura do bibliotecário de atua nas IES, de quem se tratará na seção seguinte.

6 – O BIBLIOTECÁRIO BRASILEIRO NAS IES

Nesta seção será feita uma análise acerca de fatores que historicamente foram compondo o perfil de um grupo profissional que, nos anos recentes, carece cada vez mais de uma melhor compreensão de sua identidade como função social.

6.1 - Profissão, campos de trabalho, educação e auto-regulação

No Brasil, a execução de tarefas de organização de acervos librários e de documentos remonta ao século XVI, com a presença dos capelães da Igreja Católica, quando da instalação dos seus primeiros colégios, como instituições voltados à preparação de poucos filhos dos colonizadores aqui estabelecidos. Não havia ainda claramente posta no mundo ocidental a denominação bibliotecário, até pelo fato de que não havia ainda uma indústria do livro tendente a uma certa universalização como veio a se conhecer a partir do século XVIII. No século XIX, o país recebe os livros da livraria real portuguesa aqui aportada com os fugitivos da perseguição militar de Napoleão Bonaparte. Essa livraria veio a dar no que depois se constituiu como a Biblioteca Nacional brasileira. No século XIX, a ocupação bibliotecária começa a ser configurada como profissão (ORTEGA Y GASSET) e têm início os cursos de Biblioteconomia propriamente ditos, na Europa, através da França (École de Chartes) e nos Estados Unidos da América, em Nova Iorque (por iniciativa de Melvil Dewey, bibliotecário da Universidade de Colúmbia). No Reino Unido, já em decadência como a maior potência econômica, via-se a continuação do reconhecimento da competência /habilidades profissionais por meio de exames de proficiência profissional aplicados pela Library Association.

O perfil profissional vinha a se expressar pelo reconhecimento de um domínio prático, adquirido em meio às pequenas coleções que iam se desenvolvendo, em paralelo à indústria livreira e à educação pública.

No Brasil do início do século XX, a coleção da Biblioteca Nacional detinha um significativo volume de obras, o que requeria, como importante tesouro público, algum controle de uso, sobretudo com a finalidade de gestão patrimonial. É, então, que também no Brasil será criado um curso no interior desta instituição a fim de “esclarecer” aos funcionários para ele destinados como alunos o significado de um controle mais racional do acervo. Nesse tempo, já começava a se constituir uma indústria editorial no país, já havia sido imposta em 1905 a obrigatoriedade do depósito legal e determinada a função de depositária da produção bibliográfica brasileira para a Biblioteca Nacional.

Assim, a preparação inicialmente destinada ao funcionário da Biblioteca Nacional

brasileira tinha esse sentido, que alguns não viam como distinta da guarda do livro, um bem patrimonial. Porém, como toda guarda documental implica na potencial demanda de resgate em algum momento no futuro do bem armazenado era previsível que se compreendesse o sentido desse estoque público, como algo que se guarda, mas que também se recupera. E para essa recuperação, há um fator tempo de espera aceitável. Dai saber com certa proficiência as técnicas básicas de descrição e localização eram imprescindíveis, bem como os aspectos relacionados à preservação e conservação física do material.

O progresso da educação pública no Brasil em paralelo com o que ocorria de expansão da escola fundamental no mundo ocidental, como espaço de capacitação para o trabalho, que cada vez mais deixava de ser exclusivamente braçal, fez com que ao longo do século XIX mas, especialmente, ao correr do século XX, as bibliotecas públicas fossem sendo estabelecidas aqui e ali conforme a capacidade da fazenda pública ou das iniciativas particulares. Junto às escolas também foram sendo constituídas bibliotecas, a partir do momento em que novos modelos de ensino-aprendizagem foram sendo estabelecidos, como o modelo idealizado por John Dewey. Neste, o professor passa a ser um animador e organizador do processo de aprendizagem e menos um expositor de lições, e constitui uma modalidade de ensino, em que o livro passa a ser necessidade imediata.

À chegada dos anos de década de 1930, o Brasil ainda era política (café com leite), social e economicamente pouco mais que uma fazenda. Em termos de estrutura de gestão pública federal existiam poucos ministérios, coerentemente com o perfil econômico de então: Guerra, Fazenda, Justiça, Agricultura, Relações Exteriores e um ou outro mais. Em 1931, foi criado um determinado Ministério para atender a dois objetivos: Saúde e Educação e, mais tarde, foi criado o Ministério do Trabalho. O quadro de atraso econômico, ou melhor, o foco econômico do país era a agricultura: café e um ou outro item de certa importância para a exportação, como a borracha, por exemplo. Desse modo, as questões trabalhistas, mesmo do exíguo setor industrial, eram resolvidas em um departamento do Ministério da Agricultura, circunstância que reforça o contexto agrícola como predominante no país. Era, então, um cenário no qual se constituía num luxo, a existência de bibliotecas públicas e escolares mas era, então, o lugar principal onde poderiam se concentrar pessoas que se vocacionassem a uma atividade tida como complementar à formação de magistério. Esses são, então, os campos de trabalho e o espaço de profissionalização.

Em 1931, a primeira bibliotecária brasileira formada em um Curso de Biblioteconomia (Adelpha Figueiredo) adquire essa titulação nos Estados Unidos da América, num curso de um ano, após, pela suas qualidades docentes no ensino fundamental, ter passado sete anos respondendo pela biblioteca do Colégio Mackenzie de São Paulo (MULIM). Ela veio a ser a professora das disciplinas técnicas do Curso de Biblioteconomia criado em 1937 na Prefeitura do Município de São Paulo, depois transferido para a Escola Livre de Sociologia e Política.

É esse Curso que veio a abrir a possibilidade de profissionalização de bibliotecário no Brasil, pelo fato dos egressos de sua primeira turma terem criado a Associação Paulista de Bibliotecários e esta ter liderado os esforços para a expansão daquele Curso pela aceitação de estudantes vindos de todo o país. Ao fazer isso, já em paralelo com algum mercado profissional em instituições de ensino superior, expandiu o modelo associativo dando margem à criação da FEBAB, em 1959, e à busca através de forte trabalho político para a regulamentação legal da profissão, obtida em 1962, e o desenho e obtenção de aprovação junto ao MEC do primeiro currículo de Biblioteconomia a ser ministrado no país como de ensino superior, também oficializado no ano de 1962. Como o bibliotecário iria atuar também em instituições de ensino superior, sendo intelectualmente respeitado como um par acadêmico, sendo ele próprio egresso de formação equivalente à de curso técnico?

Então, é somente a partir dos anos da década de 1950, com a implantação no Brasil dos primeiros polos industriais mais complexos, como o da indústria de automóvel, que se começa a vislumbrar a possibilidade de outros segmentos ocupacionais no campo aproximado, como a documentação. A documentação era então uma área de profissionalização que exigia uma preparação para o formado inclusive atuar como um especialista – o documentalista – em certos campos de conhecimento; era assim que se fazia e se faz ainda hoje em alguns países europeus.

Em síntese, havia no Brasil um ambiente onde a prática de uma biblioteconomia de âmbito público e escolar poderia ser realizada com uma formação então existente ainda de perfil técnico que lhe dava suporte. Nesse ambiente, uma transformação econômica passa a formar uma demanda de informação industrial e correlata. Ao mesmo tempo, o grupo estabelecido conquista uma legislação própria em parâmetros que consagra o seu passado e obtém a regulamentação de um currículo mínimo de nível superior para obter formação que responde aquele perfil. Nesse ínterim, demandas econômicas mais modernas, que pedem uma prática de documentação estão sendo constituídas. Que

fazer? No país não eram formados bibliotecários universitários ou indivíduos capazes de aliar técnicas clássicas da Biblioteconomia com conteúdos próprios à formação de especialistas em outros campos, intercambiando as duas linguagens em um verbo multidisciplinar. Ou seja, não havia a formação senão de bibliotecários para atender a bibliotecas públicas e escolares. Os bibliotecários, então em processo de validação de um currículo para atender uma situação passada, bibliotecas públicas e escolares, decidem que a despeito de não disporem de formação suficiente não abririam mão para a formação de documentalistas. Um jeito de fazer isso era assumir a integração dos conteúdos em um só currículo. No III CBBB, realizado em Curitiba no ano de 1961 recomendaram ao final

Que as escolas de Biblioteconomia incluam definitivamente a documentação, não só nos seus nomes, mas também nos seus currículos”; Que a Documentação não seja apenas uma cadeira a ser lecionada no último ano, mas sim um conjunto de disciplinas e técnicas que abranjam a totalidade de seu campo, quais sejam: Produção de documentos, Reunião de documentos, Seleção de documentos e Reprodução de documentos; Que [...] devemos levantar o nível das escolas de Biblioteconomia tendo em vista, única e tão somente, os superiores interesses de unificar no Brasil, a formação de Bibliotecário e Documentalista. (FERREIRA, 1979)

Esses superiores interesses em unificar essa formação, que transformou o nome da maioria das escolas de Biblioteconomia, já nos anos da década de 1960, não poderia dar certo tão simplesmente e, desde então, os bibliotecários não conseguiram conciliar bem esta unificação, espalhando os problemas até os dias atuais e piorando-os um pouco mais com a inserção da Ciência da Informação e o nome ficcional “profissional da informação” no seu meio de atuação.

Prova da dificuldade dessa unificação foi a criação, na sequência daquela decisão do III CBBB, de um Curso de bacharelado em Documentação na USP. Isso causou desconforto aos bibliotecários que, aproveitando-se da oportunidade da realização do V CBBB, em 1965, na cidade de São Paulo, aprovaram dentre as recomendações finais

Dirigir à Universidade de São Paulo um protesto pela separação do ensino de Biblioteconomia e Documentação na estruturação da Escola de Comunicações Culturais, em desobediência à Lei 4.084, Decreto 46.725 e Parecer número 326 do Conselho Federal de Educação. (FERREIRA, 1979)

Entretanto, para essa falta de visão estratégica e atrasada dos bibliotecários que

forçaram o fechamento do Curso de Documentação na USP, criando certa dificuldade à implantação dessa formação em um campo correlato, havia uma alternativa no país, embora de alcance mais restrito. Era constituída pelo Curso de Documentação Científica do IBBD, que por não ser uma instituição de ensino superior, mas um instituto de pesquisa, não estava submetido aos comandos corporativos dos bibliotecários. Foi deste curso que se originou o Mestrado em Ciência da Informação em 1970.

O discurso que deu base à implantação do Mestrado em Ciência da Informação, e mais tarde, a transformação do IBBD em IBICT, está registrado nos tópicos 4.8.1, 4.8.2, 4.8.3 e 4.8.4 de documento editado pelo CNPq em 1968, intitulado *A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento*. Nesses tópicos, é feito o alerta de que há um insuficiente preparo do bibliotecário, segundo o modelo de ensino de Biblioteconomia existente no país, para atender ao desenvolvimento industrial, isto é, para formar quadros em condições de atuar na Documentação. Isso também gera implicações no que é feito profissionalmente nas universidades as quais realizam a produção da pesquisa e inovação tecnológica de base industrial, requerendo documentalistas em seus quadros.

Essa síntese – que mostra a origem da configuração da profissão no Brasil, a definição e ocupação dos campos de trabalho que foram se constituindo, a educação que foi sendo codificada e executada e a auto-regulação – de certa forma evidencia a constituição de um caos profissional bibliotecário, que faz com que não se possa afirmar categoricamente que há bibliotecários universitários, mas somente bibliotecários que são empregados em IES que, como instituições, abrangem desde o que se pode configurar estruturalmente como universidades até as meras escolas de um desqualificado curso pós-secundário.

Nesse sentido, pela ausência de uma categoria profissional com traços próprios de bibliotecários universitários, percebe-se as grandes limitações que se avolumam como problemas no dia a dia das IES brasileiras e, especialmente, em prejuízo de um melhor desenvolvimento e qualidade do ensino superior no país.

6.2 - “Bibliotecário universitário brasileiro”: atuação profissional

Os temários das dezessete edições do SNBU são a expressão majoritária de um grupo que tenta mirar sua ação reconhecendo como público-alvo distante os gestores das IES e as autoridades governamentais e como público-alvo próximo a si mesmo. É a consolidação do discurso reclamacionista contra as políticas, sobretudo econômicas, que não são de seu contentamento, e do discurso da autoflagelação. Para o primeiro, a saída

que veem é construir muitas proposições para que as fontes financeiras se abram pela insistência com que os problemas são pinçados e expostos e para o segundo é a contação da vida cotidiana, dos experimentos de avaliação, das descobertas de soluções tecnológicas, das estratégias de conhecimento melhor dos usuários para dissimuladamente melhor formular o discurso do disciplinamento desses.

É, portanto, uma atuação que, vista como um fazer político, tem como pauta uma teorização oriunda do campo da gestão o que não significa, necessariamente, que os profissionais que a praticam consigam desenvolver as melhores técnicas de melhor relacionamento com os usuários e os melhores boas práticas, entendendo por boas práticas o conjunto de procedimentos que ultrapassam a visão de um usuário como um mero registro cadastral.

Assim, há aspectos em que investem muito mais, como a avaliação. Anteriormente, foram citados dois textos em que são propostas fórmulas aplicáveis à avaliação, sempre acentuando o viés quantitativo e as variáveis que se submetam a esse tipo de abordagem. Mas também, há, quando se sai do âmbito restrito do SNBU, e de eventos similares, outras reflexões e tentativas que demonstram, ainda que limitadamente, o reconhecimento da existência de um mundo um pouco mais largo, habitados por usuários de bibliotecas universitárias pensantes. Pena que aí há ocorrência de outra limitação de ordem instrumental que diz respeito ao modo como se envolve o usuário na condição de autoridade no uso, na condição de uso e na deliberação do uso dos recursos e serviços que podem ser dispostos a título de servi-lo.

Ao buscar um instrumental para a avaliação, mesmo que tomando recursos qualitativos ou que possam processar dados qualitativos são utilizados, mesmo assim, recursos com pouco afastamento de um trabalho que manipula estatísticas tendentes a nucleação de variáveis, com pouco alcance para visualizar as singularidades.

A título de aproximação com um recurso que nominalmente se expõe assim, vê-se um tal de Libqual. A leitura do texto “Avaliação da qualidade da biblioteca acadêmica: a metodologia Libqual+® e suas perspectivas de aplicação no Brasil”, de Brito e Vergueiro (2013), já produz surpresa desde o seu título. De certo modo, traduz mais uma vez o propósito de encontrar-se no universo das experiências globais praticadas na gestão de bibliotecas universitárias o instrumental que mais se adequa ao Brasil.

O resumo apresentado é muito enfático no sentido de afirmar ou presumir que se este não é o melhor instrumental de avaliação tem como qualidade o fato de ser utilizado em centenas de bibliotecas ao redor do mundo mas ainda sem aplicação no Brasil. Por

que será ou por que isso ocorre é sugerido na afirmação de que as avaliações feitas no Brasil são compulsórias:

O propósito deste artigo é o de discutir a temática da qualidade centrada no cliente em bibliotecas acadêmicas, bem como a importância das avaliações de qualidade baseadas na percepção de seus clientes, para esse tipo de biblioteca, especialmente no Brasil, onde as avaliações das instituições de ensino superior e itens de sua infraestrutura, entre elas as bibliotecas, são compulsórias. Destaca uma metodologia específica, LibQUAL+®, criada nos Estados Unidos e utilizada em centenas de bibliotecas ao redor do mundo, mas ainda sem aplicação no Brasil. A partir da análise de seus procedimentos de avaliação, o artigo visa apresentar os ganhos obtidos com a aplicação da metodologia, bem como pretende verificar as possibilidades de sua utilização em bibliotecas acadêmicas brasileiras. Conclui-se que a metodologia apresenta aspectos que apoiam a gestão de bibliotecas acadêmicas, como a identificação de pontos fortes e fracos dos serviços, a aproximação da biblioteca aos seus clientes, a realização de comparações de desempenho com outras bibliotecas e a identificação de melhores práticas, além de contribuir para uma administração mais profissional das bibliotecas (BRITO; VERGUEIRO, 2013).

É muito elucidativo, caso isso possa se confirmar, que um problema a cercar as avaliações de BUs feitas no Brasil padece de sua imposição. Que quer dizer? As avaliações só ocorrem no Brasil por imposição de algumas instâncias que dispõem desse poder? Se ocorrem apenas por isso, ou principalmente por isso, haveria uma acusação contra as gestões das BUs em relação às suas IES que esperariam que isso fosse feito? Ou se essa imposição vem dos próprios órgãos governamentais que obrigam a universidade a demonstrar suas condições de ensino, então essa acusação vai contra as administrações e mantenedores das IES? Como fica ainda o fato de que parte das IES são entidades do próprio governo que através de outras instituições públicas, no caso o INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais e o próprio CNE – Conselho Nacional de Educação regulam e aplicam as avaliações sobre essas mesmas IES?

Há aí um novelo! Mas se ele recai sobre o próprio bibliotecário “universitário” e se ele tenta pautar seu discurso pelo viés administrativo o que de fato faz? Essa pergunta poderá ser longamente explorada, uma vez que remete para a busca de tantos outros discursos que pretendem justificar o problema da avaliação das bibliotecas de IES brasileiras na própria insustentabilidade do processo de avaliação do ensino superior no Brasil (LUBISCO; VIEIRA, 2009). Por onde passa essa insustentabilidade?

Mas os próprios “bibliotecários universitários” das IES públicas têm também outro argumento que está colado com o argumento do baixo orçamento; trata-se da quantidade

cada vez mais crescente de usuários potenciais e da quantidade sempre reduzida de pessoal para vir a atendê-los caso eles sejam estimulados por bibliotecas que efetivamente os atraia e os acolha bem. Por isso, talvez, tanto os modos de fazer quanto as avaliações sejam parte de um plano executado com o propósito de manter dificuldades em transformar usuários potenciais em reais. Isso, em parte tornaria justificável aplicar instrumento quantificador como recurso de intransparência gestora.

Em relação às universidades estudadas nesta etapa, à falta de dados estruturados e acessíveis sobre o contingente de usuários que utiliza cada biblioteca, assim como da quantidade de pessoal disponível em cada sistema de bibliotecas, buscou-se conhecer dados relativos ao tamanho da comunidade de alunos de graduação presencial com matrículas presenciais e a distância no ano de 2011, quadro seis, uma vez que em outra seção deste relatório mostrou-se o número de doutores e programas de pós-graduação.

[Quadro 6]

Número de Concluintes, Número de Cursos e Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições - 2011						
Instituições Regiões Norte e Nordeste (1)	Concluintes		Cursos		Matrículas	
	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância	Graduação Presencial	Graduação a Distância
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ	3708	133	226	17	33916	2821
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ	2717	69	104	9	23779	4027
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE	2932	294	131	7	24821	2520
UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA	2434	348	116	7	25996	4842
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO	3685	-	96	3	28236	474
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	1152	98	43	9	10656	2786
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	1758	206	83	6	23738	2635
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE	1978	-	112	8	23002	6345
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	3008	-	124	10	26737	148

FONTE: Fonte: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>)

1 A Fonte não disponibiliza os dados da Universidade Federal de Campina Grande.

Também representa um dado significativo o número de servidores técnicos-administrativos em cada IES, quadro sete, dentre os quais se encontram as equipes das BUs. Evidentemente, que são necessários muitos outros elementos para uma apreciação mais apurada do que ocorre nas circunstâncias do dia a dia de cada IES e de seus sistemas bibliotecários.

[Quadro 7]

Instituições Federais de Ensino								
Número total de funcionários técnico-administrativos por Grau de Formação, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2011 *								
Região / Instituições Federais	Funcionários							
	Total	Grau de Formação (Exercício e Afastados)						
		Funda- mental Incom- pleto	Funda- mental Completo	Médio	Gradua- ção	Especia- lização	Mestra- do	Douto- rado
Brasil	109994	4454	6477	34248	33080	24870	5832	1033
Norte	8146	269	279	2643	2349	2159	398	49
Universidade Federal do Pará	2273	-	72	800	504	731	154	12
Nordeste	32075	835	1616	9646	9785	8103	1762	328
Universidade Federal do Ceará	3466	103	185	1128	677	1009	292	72
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	3075	124	185	1148	640	785	161	32
Universidade Federal da Paraíba	2664	30	297	888	454	802	179	14
Universidade Federal de Campina Grande	1547	22	57	489	413	489	70	7
Universidade Federal Rural de Pernambuco	906	68	44	289	195	245	53	12
Universidade Federal de Pernambuco	3917	19	116	1405	924	1177	224	52
Universidade Federal de Alagoas	1753	-	5	20	1695	14	16	3
Universidade Federal de Sergip	1171	84	42	470	500	55	18	2
Universidade Federal da Bahia	3295	167	142	1136	887	706	184	73

- * Incluídas outras IES, Institutos, Escolas e Centros de Ensino Federais contabiliza-se 103 instituições na tabela geral, sendo 16 na região norte, 26 na nordeste, 34 na sudeste, 17 na sul e 10 na centro-oeste.

FONTE: Fonte: INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Superior – Graduação (<http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>)

Certamente, sempre há um sentido de realidade factual nos argumentos em torno do discurso de que mais pessoas à disposição da biblioteca na execução de seus serviços resolveria parte dos eventuais problemas. Entretanto, será que o fato dos sistemas bibliotecários disporem de mais pessoal tocaria na questão do fazer bem feito o que deve ser feito? Que se fortaleceria uma conduta da obrigação, aceitando-se o princípio da ética do dever ou, novamente, se teria como resposta um rearranjo para uma conduta do melhor benefício, a partir do princípio de uma ética utilitarista em que prevalece a noção de que deve fazer-se apenas o que é possível? Quem arbitrará isso, o usuário? Onde estão, de verdade, os comitês de usuários dotados do mesmo poder de sancionar que têm os bibliotecários? Por que estes justificam e buscam normatizar junto às IES a imposição aos usuários de penalidades como as multas por atraso na devolução de materiais? A quem cabe legislar sobre a ação da biblioteca quanto a condutas e costumes dos usuários? À comunidade universitária no âmbito de seus Conselhos Superiores e através de Comitês com forte presença de usuários como na USP, única IES que se destacou nesse sentido na primeira etapa da pesquisa ou à burocracia

bibliotecária? É evidente que parte disso passa pelo jeito como os gestores das bibliotecas das IES fazem a comunicação acadêmica nos seus vários âmbitos, levando a que a comunidade coparticipe da gestão estratégica da BU, e também ao jeito desta agência cotidianamente dirigir-se, em forma e conteúdo aos seus usuários, isto é, às pessoas que se constituiriam como os seus públicos.

6.3 - O processo de comunicação pública para difusão das ações profissionais realizadas na biblioteca universitária

As organizações caracterizáveis como prestadoras de serviços ao público inevitavelmente desenvolvem instrumentos de relacionamento ou transação comunicativa com esse público. No caso das bibliotecas, isso vai um pouco além. As bibliotecas têm que se comunicar com mais de um público, pois geralmente estão submetidas a demandas complementares; têm que desenvolver instrumentos para o relacionamento e, além disso, seu produto é um produto de comunicação. Seu produto é cuidar dos usuários, posto que se realizam satisfazendo as demandas daqueles, atendendo a seus desejos, interesses ou necessidades, conforme as atividades correntes desses usuários. Para cuidar, o instrumento é a comunicação que se dá por diferentes vias de estimulação dos sentidos desses usuários. Visão, audição, tato, olfato e paladar são permanentemente mobilizados. Suas sensações devem ser servidas de conteúdos antes de obter a informação final de que precisa. Se o usuário vai fisicamente ao local das instalações sedes dos serviços há um série de estímulos visuais e sonoros possíveis de atingi-lo. E se faz as suas buscas a distância, há um outro tanto. Ao usar, por exemplo, o telefone, a própria modulação da voz de quem atende já o impressiona para além da audição. É a comunicação, como pensou Nietzsche(1998) a força da consciência. E isso, pode-se pensar como o fruto da mobilização do trabalho da biblioteca, onde há biblioteca estabelecida e onde há consciência de que ela é o encapamento da memória humana traduzida em símbolos e palavras, capas mais fluidas. Nessa biblioteca não se faz um trabalho pedagógico, como pode haver quem pense que é, mas se cuida das pessoas que querem ultrapassar, adentrar esse encapamento visando retraduzir, refazer, reproduzir, fundir e alargar a consciência com novos símbolos e palavras. Assim, a biblioteca sendo elo sua energia vitalizadora são as pessoas e o trabalho do bibliotecário é só parcialmente sobre a coleção e mais sobre a comunicação entre pessoas em presença e pessoas como os discursos que estão encapados como acervo. Nietzsche disserta em:

[AFORISMO 354] “*Para que* então a consciência (...)? Ora a mim parece-me (...) estarem a sutileza e a força da consciência sempre ligadas à *capacidade de comunicação* de uma pessoa (ou de um animal), e a capacidade de comunicação, por seu lado, à necessidade de comunicação (...) onde a necessidade, a indigência obrigaram as pessoas a comunicarem entre si, a compreenderem-se rápida e inteligentemente, aí surge por fim um excesso da força e arte da comunicação, semelhante a uma fortuna que a pouco e pouco se amontoou e espera depois um herdeiro, que a esbanje prodigamente (os chamados artistas são estes herdeiros, e, de igual modo, os oradores, os pregadores, os escritores, tudo seres que aparecem no fim de uma longa cadeia, todos eles *frutos tardios* na melhor acepção da palavra, e, como ficou dito, *esbanjadores* por natureza). (...) A consciência é, na verdade, apenas uma rede de ligação entre as pessoas (...) O fato das nossas ações, pensamentos, sentimentos e dos próprios movimentos chegarem à nossa consciência – pelo menos uma parte deles –, é consequência de uma terrível e longa *obrigação* que tem dominado o homem: ele *necessitou*, como animal mais ameaçado, de auxílio, de proteção, ele precisou de seu semelhante, ele teve de saber exprimir a sua aflição, de saber tornar-se inteligível – e para tudo isso necessitou primeiramente da consciência, portanto, de *saber* ele próprio o que lhe faltava, *saber* como se sentia, *saber* o que pensava. Pois, diga-se mais uma vez, o homem, como toda a criatura viva, pensa continuamente, mas não o sabe; o pensamento tornado *consciência* é apenas a parte mais pequena, digamos, a mais superficial, a pior, desse processo, pois somente este pensar consciente *acontece em palavras, isto é, em sinais de comunicação*, com o que a própria origem da consciência se revela. (...) Acrescente-se que não só a fala serve de ponte entre as pessoas mas também o olhar, uma pressão, gestos; a tomada de consciência por nós próprios das impressões dos nossos sentidos, a capacidade de as fixar e por assim dizer situar fora de nós, aumentou na medida em que cresceu a necessidade de as transmitir aos outros por sinais.” (p. 268-270)

Nos anos recentes, na medida em que os meios e os sistemas de comunicação avançam e na mesma medida em que através da *web* vários canais de comunicação ou várias modalidades de impressão das sensações estão associados: texto literal, imagens animadas sem som, vídeo com sons e imagens, jogos, etc. mais eficaz tem de ser as respostas oferecidas. Quanto melhor a equipe da biblioteca se preparar para comunicar tanto melhor será o efeito do cuidado oferecido.

Flusser (1983) ao estudar sobre o desenvolvimento do processo de comunicação humana, consegue enxergar o seu desdobramento e simultaneidade na longa história da construção dessa interação, considerando além disso os seus efeitos e como se manifestam em diferentes circunstâncias o diálogo e o discurso.

Para ele diálogo e discurso têm mútua ligação pois são parte de um mesmo

movimento humano que se retroalimenta. Em sua concepção

“[...] a comunicação tem dois aspectos diferentes. O aspecto *produtivo* de informação, e o aspecto *cumulativo*. A produção de informações não é criação “ex nihilo”: informações novas são produzidas por síntese de informações disponíveis. Tal método sintético é chamado “diálogo”. A acumulação de informações se dá graças à transmissão de informações rumo a memórias (humanas ou outras), nas quais a informação é depositada. Tal método distributivo é chamado “discurso”. (p. 58)

Considerando o ambiente cultural que mais domina, Flusser afirma:

“Grosso modo, o Ocidente elaborou dois tipos de diálogo, e quatro tipos de discurso. Os diálogos são *circulares* (exemplos: mesas redondas, parlamentos), ou *redes* (exemplos: sistema telefônico, opinião pública). Os discursos são *teatrais* (exemplos: aulas, concertos), *piramidais* (exemplos: exércitos, igrejas), *árvores* (exemplos: ciência, artes), e *anfiteatrais* (exemplos: rádio, imprensa).” (p. 58-59) E “A situação atual da sociedade ocidental é marcada pelo predomínio dos discursos sobre os diálogos” (p. 59)

Ainda a partir de seu entendimento, que lhe aproxima de uma dada compreensão das entranhas desse instrumental humano, de sua mecânica, Flusser afirma

“O discurso teatral programa *diálogos circulares*. O discurso piramidal visa excluir diálogo de todo tipo. O discurso em árvore programa diálogos circulares para especialistas. O discurso anfiteatral programa *diálogos em rede*. O teatro exige que se dialogue a mensagem, a fim de produzir informação nova. A pirâmide proíbe diálogo. A árvore exige competência específica, elitária, para se poder participar da elaboração de informação nova. O anfiteatro exige que a informação irradiada seja transformada dialogicamente em mingau amorfo, em “opinião pública”, a fim de servir de feedback aos aparelhos emissores. A meta dos diálogos em rede não é a produção de informação nova, mas o feedback. Os aparelhos elaboram métodos específicos (publimetrias, marketing, pesquisas da opinião, eleições políticas, etc.); para recaptarem o feedback. “Democracia” no sentido de diálogo produtor de informação que não seja elitário é possível somente no teatro. Na situação atual democracia é impossível. [...] a república é o espaço público dos diálogos circulares. Atualmente tal espaço não existe. Todo espaço está ocupado pelas irradiações anfiteatrais e pelo diálogo em rede”. (p. 62-63)

De outro lado, os homens, os seres tornados humanos, vivendo esses discursos vivem-nos enquanto o fazem e enquanto o fazem constroem o mundo vivido – assim o veem Schutz e Luckmann – ou sua realidade como produto da interação mútua como o

veem Berger e Luckmann. Esses humanos buscam e produzem sentido, cada vez mais fortalecendo os mecanismos de autoconhecimento e mútuo reconhecimento.

Esses humanos vivem tudo isso, pelo fato de não poderem ser, por si sós, autônomos, completos e independentes, como já se viu no aforismo de Nietzsche. Pois esses humanos são necessariamente interdependentes, constituindo o conjunto, o aglomerado que Elias (1994) chama de sociedade dos indivíduos. Se há indivíduos que se reconhecem em sua singularidade só podem fazê-lo pelo discurso que buscam em outros indivíduos e se reconhecem tais discursos eles têm já um incomensurável instrumental em comum. E se parte dessa posse comum só podem tê-la porque conseguem compartilhar, como dialogantes, são, portanto, sócios de um plano de ação, em busca de sentido, num mundo vivido, que é um mundo em que mutuamente se cuidam.

Olhando a partir da biblioteca, o usuário não é somente aquele que está lá; o usuário está espelhado em cada um dos agentes dessa biblioteca que, por sua vez, está espelhado em cada usuário. Em algum momento, o agente da biblioteca se pergunta conscientemente ou não, o que o usuário quer. E o usuário se pergunta: que posso querer? Essa comunicação, de si para com a imagem do outro, já é um espelho da comunicação desejada que precisa de pouco esforço para se efetivar. Essa efetivação é o serviço bem cuidado, o ambiente bem saudável, limpo, com aroma agradável, convidativo para ficar e relaxar ou ingressar “de cabeça” na leitura e pesquisa. Nessa condição, seria a resposta a partir do tudo que deve ser oferecido ou do todo possível, mas feito a partir do ponto de vista de um “eu lá” que ficaria muito satisfeito em ser tratado assim.

Melhor que isso, é quando essa comunicação na ação se enriquece com uma comunicação de acolhimento, capaz de assegurar que tudo será assim, se é isso que está sendo oferecido ou que será assim se se combinar em compartilhar ações em torno da conquista de condições assim, em torno das quais possam concordar que é o bem bom.

Essa comunicação de acolhimento deve estar em todos os espaços presenciais, ou a distância, de domínio da biblioteca, isto é, em seus salões, corredores, portarias, salas de estudo e trabalho e em seus impressos e, atualmente, também em seus portais eletrônicos. Nesse sentido, na próxima seção serão apresentados os resultados do processo de trabalho realizado nos portais das bibliotecas das IES selecionadas, disponíveis online para navegação, no período de julho ao início do mês de dezembro de 2013.

7 – EXPRESSÃO DE ÉTICA BIBLIOTECÁRIA NOS PORTAIS DAS BIBLIOTECAS DAS IES CLASSIFICADAS NAS REGIÕES NORTE E NORDESTE DO BRASIL COMO AS MELHORES EM QUALIDADE DE PESQUISA NO RUF-2012

Neste item vai-se conhecer o resultado do que foi alcançado como resposta ao objetivo geral proposto nesta segunda etapa da investigação voltado ao conhecimento das práticas éticas expressas nos discursos exibidos nos portais dos sistemas de bibliotecas das IES. É o momento de se mostrar o que foi encontrado nos portais das bibliotecas selecionadas.

Junto à apresentação dos tópicos seguintes virá a apreciação do sentido que essa expressão pode produzir de impacto sobre a relação entre as equipes atuantes nessas bibliotecas e os seus usuários. Considera-se, especialmente, os contextos que as universidades que as abrigam deveriam superar em busca de forjar e transferir valores mais modernos e mais civilizados.

7.1 – Finalidades e valores expressos pela biblioteca

Na explicitação de termos designativos de suas finalidades as Bibliotecas analisadas chegam a exibir como predominante o termo “Missão” e em segundo lugar o termo “Visão”. Convém observar que tais termos vêm da terminologia que cerca as práticas de planejamento estratégico. O fato de todas elas estarem vinculadas a IES federais têm peso importante nesse sentido. A ideia de planejamento estratégico tem sido acentuada nos últimos anos como recurso de planejamento do governo federal, para ações a realizar no médio e longo prazos e isso tem levado a práticas de planejamento sistemático e constante nas universidades federais. Um dos componentes de gestão que as IFES têm a atender é a elaboração do chamado Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, com perspectiva de atuação futura, para 4 a 10 anos.

Além disso, a formação do bibliotecário brasileiro desde os anos da década de 1970 foi inserindo ou desdobrando conteúdos e um desses constitui a disciplina Formação e Desenvolvimento de Coleções que, idealmente, forma um bibliotecário competente para planejar a biblioteca e preparar o documento próprio para a gestão da mesma, designado como Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções. Essa política é, de fato, similar na sua estrutura ao PDI.

Entretanto, se comparar-se esse resultado com o obtido na primeira etapa da pesquisa, observa-se que as bibliotecas da IES do Sul, Sudeste e Centro Oeste

empregaram mais termos. Aqui se chegou a quatro termos; lá se chegou a sete termos. O que isso tem de melhor ou não quando se coloca frente a frente o posicionamento dos dois grupos de bibliotecários: aqueles das dez IES que são as primeiras em qualidade de pesquisa e estes de bibliotecas de IES que constituem as dez primeiras quando se vê apenas o lugar geográfico, mas não exatamente a ordem pelo valor alcançado, o contexto atendido, o sentimento de respeito para com o usuário e para com a sociedade como um todo?

[Quadro 8] Finalidades da Biblioteca ou Sistema

INSTITUIÇÃO	Termos designativos das finalidades da Biblioteca ou Sistema
UFC	[1] Missão + [2] Visão + [3] Valores
UFPE	[4] Objetivo
UFBA	[1] Missão
UFPB	[1] Missão + [4] objetivo
UFRN	[1] Missão
UFRPE	[1] Missão + [2] Visão
UFPA	[1] Missão + [2] Visão
UFAL	Este tópico Indisponível
UFCG	Sistema online Indisponível
UFS	[1] Missão

Fonte: Consulta direta

8 portais com dados disponíveis

Legenda: [1] Missão, [2] Visão, [3] Valores, [4] Objetivo

7.2 – Regulamentação das operações

Dois aspectos relevantes quando se trata de instituição que mantém uma relação de serviço direta com o público é saber quais os dispositivos que impõem as condutas – distintos tipos de formalizações legais – e de onde emanam tais dispositivos.

No caso de uma entidade pública estatal, de um estado constitucionalmente livre e que prega a liberdade de reunião, de expressão e de escolha de representantes políticos e de gestores públicos, sua constituição depende de duas formas de ordenar seu funcionamento: ser auto-gerida, o que não é a tradição brasileira e ser gerida representacionalmente. Uma representação por delegação, isto é, os titulares dos cargos de maior alcance, uma vez eleitos delegam funções públicas para “pessoas de sua

confiança” para ocuparem funções que têm a dimensão pública. No caso das universidades federais tem se experimentado desde os anos da década de 1980 um modelo híbrido: não se trata de autogestão e nem da simples delegação da função pelo Titular do Estado, no caso a Presidência da República. Dá-se a designação para o cargo principal de Reitor(a) de um nome dentre uma lista composta por consulta junto à respectiva comunidade universitária – realizada, em geral, com todos os requisitos formais de uma eleição partidária.

Dentro dessa sistemática, ao ser gerada uma administração institucional pelo processo de consulta, pode-se supor que todas as ações se realizem com a audiência da comunidade e em todos os setores se replique esse procedimento. Se isso acontece, espera-se que nos setores onde a densidade de público usuário é o próprio “motor” da organização esses usuários sejam consultados e participem de diversas instâncias de tomadas de decisões para ordenar, acompanhar e avaliar sistematicamente o desenvolvimento da organização.

Desse ponto de vista, conhecer com quais instrumentos e onde foram gerados, para se saber sobre o seu potencial legitimador é querer perceber o potencial de diálogo que embasa o funcionamento dessas bibliotecas.

O quadro abaixo, considerando quantidade e teor dos instrumentos de regulação mostra uma relação de muita limitação de boas práticas políticas, isto é, de composição entre grupos para formular as políticas que possam melhor respeitar as diferenças existentes nas respectivas comunidades universitárias. Uma amostra dessa limitação é a utilização em alguns casos, do órgão máximo de política universitária para deliberar sobre valor taxa de multa.

[Quadro 9] Regulamentação dos Sistemas de Bibliotecas

INSTI-TUIÇÃO	Instrumento(s) form(al) (is)	Legitimidade do(s) instrumento(s)
UFC	Normas da Biblioteca Universitária Circulação de Material Bibliográfico - Usuários Circulação de Material Bibliográfico - Inscrição Circulação de Material Bibliográfico - Empréstimo Circulação de Material Bibliográfico - Devolução Recebimento de Teses e	Resoluções do Conselho Universitário (Consuni) Resolução N° 13/Consuni de 21 de dezembro de 1993 Descrição: Baixa normas para disciplinar a criação de novas bibliotecas no âmbito da UFC. · Resolução N° 01/Consuni de 11 de abril de 1994 Descrição: Reajusta a tabela e fixa

	<p>Dissertações Recebimento de Monografias Recebimento de Doações - Política de Desenvolvimento do Acervo, Sugestões de Compras e cuidados com os Livros</p>	<p>critérios para cobrança de taxas e emolumentos na UFC, determinando o valor da multa diária por atraso na devolução de material bibliográfico.</p> <p>· Resolução N° 02/Consuni de 11 de abril de 1994 Descrição: Aprova normas para disciplinar o serviço de circulação do material bibliográfico das bibliotecas que integram o Sistema de Bibliotecas da UFC.</p> <p>· Resolução N° 02/Consuni, de 29 de abril de 2011 Descrição: Estabelece normas para a Política Institucional de Informação Técnico-Científica da Universidade Federal do Ceará - UFC no que se refere ao seu Repositório Institucional (RI).</p> <p>Norma da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação</p> <p>· Normas dos Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal do Ceará</p>
UFPE	Mensagem: "Regimento do Sistema indisponível"	
UFBA	<p>Regulamento de Serviços de Empréstimo e Consulta do SIBI/UFBA - julho de 2009</p> <p>Observações: O Regulamento normaliza os serviços de empréstimo e consulta do Sistema de Bibliotecas da UFBA (SIBI), define o tipo de material disponível para empréstimo e consulta, os direitos e deveres dos usuários das bibliotecas e dá outras providências.</p>	<p>Criação do Sistema de Bibliotecas da UFBA, por Resolução do Conselho Universitário 03/2009, de 08 junho de 2009</p> <p>Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções - SIBI/UFBA</p> <p>PORTARIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA</p> <p><u>Portaria 722/2010</u></p> <p>– O Reitor da Universidade Federal da Bahia designa os membros do Conselho Deliberativo do Sistema Universitário de Bibliotecas, de acordo com o artigo nº4 do Regimento do SIBI UFBA.</p> <p><u>Portaria 052/2010</u></p>

		<p>– O Reitor da Universidade Federal da Bahia designa a diretora do Sistema de Biblioteca da UFBA, Maria das Graças Miranda Ribeiro, para compor a comissão provisória encarregada de definir e elaborar documento proposta de uma política de arquivo da UFBA.</p> <p><u>Portaria 756/2009</u></p> <p>– O Reitor da Universidade Federal da Bahia resolve nomear a bibliotecária, Maria das Graças Miranda Ribeiro, como diretora do Sistema de Bibliotecas - SIBI da Universidade Federal da Bahia.</p> <p><u>Portaria 056/2009</u></p> <p>– O Reitor da Universidade Federal da Bahia designa a diretora do Sistema de Biblioteca da UFBA, Maria das Graças Miranda Ribeiro, para compor a comissão provisória encarregada de disponibilizar ambiente virtual que reflita a estrutura e organicidade acadêmica desta Universidade.</p> <p><u>Portaria 332/2002</u></p> <p>– O Reitor da Universidade Federal da Bahia estabelece na Biblioteca Central Reitor Macedo Costa / Seção Memória da UFBA, o depósito obrigatório de toda produção científica da Universidade, bem como das obras representativas das atividades acadêmica, cultural e técnica da Instituição, editadas e co-editadas pela Editora da Universidade (EDUFBA), pelas Unidades de Ensino, órgãos e serviços.</p>
UFPB	<p>Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB</p> <p>Norma de circulação (2013-1)</p>	<p>RESOLUÇÃO N° 31/2009</p> <p>O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, no uso de suas atribuições e tendo em vista a deliberação do plenário, adotada em reunião ordinária realizada em 26 de</p>

		maio de 2009 , Aprova o Regimento Interno do Sistema de Biblioteca da UFPB
UFRN	Foi regulamentado pela Resolução nº 004/2013 CONSUNI, de 05 de abril de 2013. Há um Regimento interno da Biblioteca Central Zila Mamede Há um Comitê de usuários cujas Principais Funções são: - Exercer o papel de órgão deliberativo junto à BCZM; - Acompanhar a política de formação e desenvolvimento de coleções do SISBI/UFRN; - Mediar o processo de compras do material bibliográfico junto aos Departamentos; - Analisar e propor sanções disciplinares a usuário infrator das normas do SISBI/UFRN.	Foi regulamentado pela Resolução nº 004/2013 CONSUNI, de 05 de abril de 2013.
UFRPE	Indisponível	Estão previstas pela UFRPE conforme Resolução nº 02/95— Conselho de Curadores, sanções para os usuários em débito com a Biblioteca.
UFPA	Regimento de Bibliotecas SIBI	RESOLUÇÃO N. 666, DE 2 DE ABRIL DE 2009 CONSAD para Órgãos Suplementares
UFAL	Normas de Circulação e Empréstimo	O próprio sistema
UFCG	Site indisponível	
UFS	Regulamento das bibliotecas (conduta); portaria do Reitor sobre pagamento de multas; ato normativo da direção da biblioteca; instrução normativa sobre o abono de multas; normas de uso do comut.	Gabinete do reitor – multas.

Fonte: Consulta direta

7.3 - Serviços ofertados

Tornar de amplo conhecimento público o projeto de uma organização prestadora de serviços confirma o interesse dessa em fortalecer a sua ação comunicativa junto aos

destinatários de suas ações. Tanto mais eficaz será essa comunicação e tanto mais confiança existirá de parte do público em relação a potencial acolhida e atendimento quanto mais completa ela pareça. Isso implica, portanto, que nessa aparência se insira um potencial de subjetividades pelo qual parte das informações que deveriam ser prestadas pelos profissionais o sejam, pois parece subentendido que todo mundo sabe o que ali existe ou que ali se faz e isso nem sempre é verdade. A contrapartida do público é pensar que por não estar expresso não existe ou não deverá ser requerido. Ora, esse mundo do possível, vai mostrar do lado da organização um descuido, intencionalmente ou não, no bom acolhimento, que leva a prejuízo de recursos. Se for um descuido não intencional inserido em um processo de trabalho estruturado e aberto para avaliações sistemáticas, poderá ser corrigido em dado momento. Para isso, precisado, portanto, de um funcionamento a base de múltiplos colegiados. Se for um descuido intencional, pela falta de uma atividade multicolegiada, com várias instâncias e pessoal que constitui representação do público, então não será corrigida, levando à sua extinção por falta de demanda.

Se for possível chamar o que se passa nessa caracterização dada acima de “acolhimento generoso” para o caso da operação com múltiplos colegiados e “acolhimento a marteladas” para o caso da operação em que apenas o grupo interno da organização planeja e executa com base em seu próprio tirocínio profissional, daria para afirmar que o quadro abaixo revela que parte das bibliotecas das IES analisadas se candidata ao reconhecimento de que oferece ao seu público, quando apresenta seus serviços, o “acolhimento a marteladas”. Tanto há pobreza quanto há excesso de informações e de caracterização do que constitui serviços. Cabe perguntar em que sentido, por exemplo, são serviços: Perguntas frequentes, cadastro, bibliocanto, nada consta? De outro lado, todas oferecem o empréstimo domiciliar e não são todas que o informam, por que? No primeiro caso, o que desejam ressaltar e no outro o que desejam deixar obscuro?

Além disso, pelo elenco de serviços ofertados e tendo em vista que todas são bibliotecas de instituições que desenvolvem atuação em ensino, pesquisa e extensão, há tanta singularidade de modo a que uma UFPE ou uma UFPA façam uma descrição tão mais detalhada que as demais? Parte dos serviços que não estão explicitados, caso existam, e supostamente existem, se expostos não gerariam melhor expressão de responsabilidade e compromisso social com o usuário? Essa omissão, se ocorre, é um aspecto relevante a ser examinado, pois revela no fundo uma política de “acolhimento a marteladas”.

[Quadro 10] Serviços ofertados pelas BUs

INSTITUIÇÃO	Serviços ofertados pela Biblioteca conforme constante em seu portal
UFC	Empréstimos e reservas ; Atendimento ao usuário; Intercâmbio de publicações; Perguntas frequentes; Exposições; Links externos; Biblionoticias; Tutoriais
UFPE	Acervo Multimídia; Assistência ao usuário; Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Cabines de estudo individual e em grupo; Catalogação na fonte; CINE-BC; Promove a exibição de filmes; Consulta; Comut; Empréstimo domiciliar ; Estação da pesquisa; Serviço de orientação de pesquisa bibliográfica em bases de dados on-line; Pesquisa em bases de dados; Prioriza a comunidade da UFPE; Pesquisas no catálogo on-line; Orientação a elaboração de Monografias, Dissertações e Teses; Ouvidoria; Renovação de livros ; Setor de pesquisa do Ensino Fundamental, Médio e CONCURSOS; Disponibiliza uma coleção de livros didáticos e livros utilizados em concursos para consulta local
UFBA	Atendimento ao usuário (serviço personalizado); COMUT - Programa de Comutação Bibliográfica Elaboração de fichas catalográficas; Orientação à normalização de trabalhos científicos e técnicos; Biblioteca Universitária Isaias Alves; Orientação ao acesso a bases de dados nacionais e internacionais disponíveis no Portal da CAPES; Treinamento de calouros
UFPB	Cadastro, consulta ao acervo e renovação de livros
UFRN	Normalização; Catalogação na fonte; Comutação bibliográfica; ISSN; ISBN; Direitos autorais; Empréstimo entre bibliotecas; Reserva de espaço; outros serviços (Orientação Bibliográfica; Levantamento Bibliográfico; Visitas Programadas; Acesso a Internet; Reprografias de documentos); Bibliocanto
UFRPE	Empréstimo Domiciliar ; Catalogação na Fonte; Normalização; Comut; Ação Cultural; BDTD da UFRPE; Portal Periódicos; Reservas on-line ; Visitas Orientadas; Núcleo do Conhecimento; Espaços para Estudo
UFPA	Referência e circulação (catálogo online; consulta local; Empréstimo e devolução de obras – renovação on line ; Braille; Capacitação de usuários, palestras e visitas orientada); Acesso eletrônico à informação (Bases de dados e Portais; Help desk do Portal Capes); Normalização bibliográfica (ficha catalográfica; apresentação do trabalho acadêmico); comutação bibliográfica
UFAL	Repositório institucional; consulta ao acervo; empréstimo ; Bases de dados; Espaço Santander
UFCG	Indisponível
UFS	Empréstimo ; Braille; ficha catalográfica; internet wi-fi; programa de comutação bibliográfica – comut; scad; visita orientada; treinamento em bases de dados; sala de multimídia; sala de projeção; nada consta

Fonte: Consulta direta

9 portais com dados disponíveis

7.4 – Comunicação mediadora

A Lei brasileira número 12.527, mais conhecida como lei de acesso à informação, sancionada em novembro de 2011, para regulamentar dispositivo constante no artigo 50. da Constituição Federal de 1988, além de dar forma ou orientação a um modo de agir da estrutura do Estado que, através de seus servidores deve dar acolhimento e atenção devida às demandas de informação da população, na sua fase de implementação tem servido também para demonstrar o despreparo das equipes profissionais atuantes em várias instituições públicas para atender ao público. Muitas das IES vinculadas ao MEC demonstram esse despreparo. Há evidências de que falta uma cultura do bom acolhimento e do bom atendimento ao público, pois o Estado federal já dispunha de vários instrumentos anteriores para, formalmente, assegurar a boa prática, a responsabilidade social do Estado, através de seus serviços, e o respeito ao cidadão, como financiador do Estado e seu instituidor. Um desses instrumentos é o código de ética profissional do servidor público civil do poder executivo federal. O decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, que o aprova, isto é, que o regulamenta, determinou em seu artigo segundo que

Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta e indireta implementarão, em sessenta dias, as providências necessárias à plena vigência do Código de Ética, inclusive mediante a Constituição da respectiva Comissão de Ética, integrada por três servidores ou empregados titulares de cargo efetivo ou emprego permanente.

Um flagrante exemplo de desinteresse na adoção plena do Código é que poucos órgãos federais cumpriram o prazo disposto de sessenta dias para constituir suas Comissões próprias de ética. Dentre as IES federais, é possível identificar-se ao menos uma em que após doze anos é que tal providência foi formalmente tomada. Esse é um dos casos a exibir que a cultura do acolhimento da população a marteladas parece ser endêmica no serviço público, isto é, nas repartições do Estado.

É ainda notória, embora em processo de alteração conforme proposta feita pela Comissão que estuda mudanças no Código Penal brasileiro, a expressão: "Desacatar funcionário público no exercício da função ou em razão dela" (Art. 331 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40). Embora fruto de legislação do ano de 1940, e após todas as mudanças da sociedade brasileira, permanece vigente, podendo levar a multa ou prisão de seis meses a dois anos,. Trata-se de um instrumento que – visando proteger o servidor de abusos e destemperos provindos de usuários insatisfeitos com o serviço realizado ou a conduta do funcionário – tende a servir para encobrir uma cultura que desrespeita e constrange a população. Não em todas, mas em várias instituições estatais federais,

incluídas as universidades, ainda se vê em espaços na entrada dos prédios cartazes ou placas com esse alerta em que uma disposição oriunda de um período ditatorial, de uma era do “cala a boca” se mantém para sustentar o que é incompatível com o serviço público que é manter a política de “acolhimento a marteladas”.

O quadro abaixo mostra as modalidades de relacionamento/comunicação que as bibliotecas das IES analisadas oferece, o que oferece e como delas dispõe em seus portais.

Neste estudo, até porque não era parte da proposta, não se fez testes sobre a efetividade com que tais serviços se realizam. Entretanto, diferentemente do canal “e-sic” que tende a ser uma denominação padrão do serviço instituído a partir da Lei de Acesso à Informação, os portais das BUs estudadas expõem várias denominações e várias estratégias para evidenciar esse canal. Essa diversidade, tendo em vista o discurso e a tradição padronizadora racional da prática bibliotecária, é um pouco incompreensível, podendo suscitar dúvidas se não se trata também de uma forma de ser menos transparente. Se for isso que está na base dessa diversidade de termos ainda uma vez mais se pode tomar como reforçada a ideia da prática de “acolhimento a marteladas”.

[Quadro 11] Contato com a Biblioteca ou Sistema

INSTITUIÇÃO	Abertura de relacionamento da biblioteca com o usuário
UFC	“Fale conosco” que pode ser via telefone e/ou via mensagem por formulário de e-mail
UFPE	“Ouvidoria” e de um “contato” que remete para telefone e e-mail de setores
UFBA	“Contato” por formulário de e-mail
UFPB	“Telefones e e-mails” de setores; “Contatos e sugestões”
UFRN	Não há canal específico da biblioteca , mas e-mail
UFRPE	“Fale conosco” que remete aos telefones dos setores da biblioteca
UFPA	“Contatos” que remete para os setores incluindo telefones e e-mail dos responsáveis
UFAL	“Telefones” que remete a Secretaria: (82) 3214-1461 Repositório Institucional, BDTD e Via Pesquisa: (82) 3214-1462 Seção de Empréstimo: (82) 3214-1465
UFCE	Indisponível
UFS	“Contato” que remete prioritariamente para os telefones das bibliotecas e secundariamente para alguns e-mails

Fonte: Consulta direta

7.5 - Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico

Quando se considera a possibilidade de categorizar como empréstimo bibliográfico as modalidades: a) local, isto é, o usuário pode utilizá-lo, exclusivamente, no ambiente da biblioteca que o detém e b) domiciliar, isto é, quando o usuário tem a permissão de retirá-lo do ambiente da biblioteca, também se submete à consideração se todo e qualquer usuário de biblioteca universitária de IES pública pode obter o empréstimo domiciliar.

Uma questão que pode ser discutida, neste caso, é se toda instituição mantida com recursos públicos, no caso uma IES pública, teria a sua biblioteca como pública, isto é, permitindo o acesso universal da população aos serviços e, obviamente, aos acervos dessas bibliotecas. À primeira vista é um raciocínio correto ter as bibliotecas das IES públicas como abertas ao atendimento da população geral, incluída a possibilidade da retirada do material do recinto da biblioteca.

Se as IES há séculos tem sido acusada, por conta do isolamento dos cientistas e de sua produção intelectual, de ser Torre de Marfim, de que podem apodiar a biblioteca da IES pública? De depósito de livros? De cemitério do saber? Seja qual for esse qualificativo ele certamente refletirá o fato de que a maior parte da população custeia todas as operações e equipes de pessoas que atuam nessas bibliotecas. Mas a população, cujos membros têm o domínio da cidadania, parece ser acolhida, em geral, como que por uma gentileza da instituição. Mas de fato não é por essa gentileza que a população deve ser beneficiada, mas sim porque é ela a pagadora de impostos e, por isso, devendo ser contemplada com os serviços compatíveis com suas necessidades. Nesse aspecto, os portais estudados apontam que essas bibliotecas são para a sua comunidade universitária: docentes, estudantes e funcionários e, em caráter excepcional, elas atendem a outras pessoas. Por essa definição de público, há uma separação, um apartamento social. Aqueles que se identificam como vinculados formalmente à instituição podem utilizar o material em consulta local e em leitura domiciliar, os demais não.

O interessante a se observar nisso é que, apesar dos valores éticos responsabilidade e compromisso social constarem do Código de Ética do bibliotecário, nesta situação esse valor aparecerá com duas facetas, deixando o bibliotecário a viver um dilema ético e, assim, o mais provável como deliberação que tomará será o emprego do cuidado da martelada, ou seja, a pessoa não estando formalmente vinculada à universidade será uma pessoa a não existir domiciliarmente para essa biblioteca.

[Quadro 12] Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico

INSTITUIÇÃO	Público atendido
UFC	- Professores (efetivos, substitutos, visitantes, adjuntos, etc.), estudantes de graduação e de pós-graduação e funcionários técnico-administrativos da Universidade Federal do Ceará. - Usuários especiais - bolsistas da CAPES e do CNPq e pessoas ligadas a convênios executados pela Universidade. Estudantes das Casas de Cultura Estrangeira.
UFPE	Apenas para a comunidade acadêmica da UFPE.
UFBA	I - Alunos matriculados na UFBA; II - Professores e servidores da UFBA, ativos e aposentados. Professores visitantes, bolsistas e pesquisadores relacionados a projetos/convênios de intercâmbio interinstitucional, tanto nacionais como estrangeiros.
UFPB	Professor, funcionário e aluno.
UFRN	O acervo é aberto ao público em geral para consultas e pesquisas, sendo o empréstimo do material informacional destinado, exclusivamente, aos usuários integrantes da comunidade universitária.
UFRPE	Usuário de posse da Carteira de Identificação. O cadastro para confecção da carteira é feito diretamente no balcão de empréstimo.
UFPA	Alunos de graduação e pós-graduação Servidores da UFPA (docentes e técnico-administrativos do quadro permanente) Professores substitutos e visitantes.
UFAL	Alunos (Graduação, Pós Graduação), Servidores Docentes e Técnico-Administrativos.
UFCG	Indisponível
UFS	Estudantes regularmente matriculados, professores e técnicos administrativos da UFS.

Fonte: Consulta direta

7.6 - Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo

O quadro 13 que vem a seguir traz de forma abrangente um conjunto relevante de dados, cuja compreensão aponta para a dificuldade de se enxergar qual a sua racionalidade intrínseca. Mesmo que possam argumentar que esses dados correspondem às especificidades da respectiva comunidade, os portais das BUs não permitem a um analista externo encontrar o que não foi exibido. Ou seja, não se dispõe claramente dos documentos de Política de Formação e Desenvolvimento de Coleções; não se dispõe de avaliações sistemáticas isto para falar apenas de instrumentos básicos à boa gestão de qualquer sistema bibliotecário.

Com relação às categorias de usuários ou de agrupamento de usuários explicitados encontra-se dez designações:

- 1 – Professor ou docente: UFC, UFPE, UFPB, UFAL e UFS.
- 2 – Aluno ou estudante de graduação e pós-graduação – UFPE, UFPB, UFS.
- 3 – Estudantes de pós-graduação – mestrado/doutorado – UFS
- 4 – Professores – e – alunos de pós-graduação – UFRN, UFRPE.
- 5 – Alunos de graduação, pós-graduação, pesquisadores, extensão e funcionários – UFC.
- 6 – Alunos de pós-graduação – e – servidores técnico-administrativos – UFPE, UFPB .
- 7 - Alunos de graduação – e – servidores técnico-administrativos – UFRN, UFPE.
- 8 – Todos os alunos e funcionários ou servidores – UFAL, UFPB.
- 9 – Todas as categorias [universal]

Pelo que se observa nenhuma das categorias constantes nos portais tem entrada única ou inicia com Funcionários servidores técnico-administrativos – STA. Isso pode querer traduzir alguma coisa! Seria o lugar secundário aceito pelos servidores nessas IES? Seria uma forma de aceitar-se como menos responsável? É uma questão que ultrapassa os bibliotecários que estão nesses sistemas. Se são esses bibliotecários que caracterizaram os usuários, que responsabilidade tem nesse parcial ocultamento de sua própria categoria? Mas se essa caracterização não é de sua iniciativa quem está usando de poder para colocar toda uma categoria em segundo plano? Onde está a dignificação profissional?

Provavelmente, algumas das iniquidades que esses portais das bibliotecas permitem perceber, quanto à multa e suspensão com a finalidade explícita de punir aos retardatários, por exemplo, venham do fato de que os STAs, especialmente os bibliotecários, não afirmam a dignidade de seu saber e de sua função social. Por conta disso, no caso dos bibliotecários, não dão devida importância aos valores profissionais de respeito ao usuário, compromisso e responsabilidade social previsto no Código de Ética do seu Conselho de Classe.

Outro aspecto a apreciar, a partir dos dados levantados nos portais, diz respeito aos tipos de materiais emprestáveis. Em algumas das BUs (UFPB, UFRN, UFPB, UFAL, UFS), explicitamente, só são emprestados livros. Na UFC (exceto o periódico impresso), UFPE e UFBA é emprestada uma categoria de material designada como material

bibliográfico (Livros, periodicos impressos, teses, dissertações) e outra definida como material audiovisual. Já na UFPE é emprestado material bibliográfico, incluindo todas as demais categorias. Também, neste caso, não dá para o leitor externo saber por quais razões essas BUs distinguem dessa forma o que pode ser emprestado.

Também merece análise o prazo máximo de empréstimo por tipo de material. Para o mesmo tipo de usuário, a considerar o tipo de material há respostas diferentes nas distintas BUs.

- 1 – Docente que empresta material bibliográfico tem 30 dias para uso na: UFC, UFPE, UFRPE;
- 2 - Docente que empresta material bibliográfico tem sete dias para uso na UFBA;
- 3 - Docente que empresta livro tem 30 dias para uso na: UFRN, UFAL, UFS. O portal desta última não informa a quantidade de itens que pode ser tomada emprestada;
- 4 - Docente que empresta livro tem 20 dias para uso na UFPB;
- 5 - Docente que empresta livro tem 14 dias para uso na UFPA;
- 6 - Servidor Técnico-administrativo que empresta material bibliográfico tem 16 dias para uso na UFC;
- 7 - Servidor Técnico-administrativo que empresta material bibliográfico tem 15 dias para uso na: UFPE e na UFRPE;
- 8 - Servidor Técnico-administrativo que empresta material bibliográfico tem 07 dias para uso na: UFBA;
- 9 - Servidor Técnico-administrativo que empresta livro tem 20 dias para uso na UFPB;
- 10 - Servidor Técnico-administrativo que empresta livro tem 15 dias para uso na: UFAL e UFRN;
- 11- Servidor Técnico-administrativo que empresta livro tem 14 dias para uso na UFPA;
- 12 – Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta material bibliográfico tem 30 dias para uso na UFRPE;
- 13 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta material bibliográfico tem 16 dias para uso na UFC;
- 14 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta material bibliográfico tem 15 dias para uso na UFPE;
- 15 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta material bibliográfico tem 07 dias para uso na UFBA;
- 16 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta livro tem 30 dias para uso na UFRN;

- 17 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta livro tem 20 dias para uso na: UFPB e UFS;
- 18 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta livro tem 15 dias para uso na UFAL;
- 19 - Estudante de pós-graduação (Mestrado/Doutorado) que empresta livro tem 14 dias para uso na UFPA;
- 20 - Estudante graduação que empresta material bibliográfico tem 16 dias para uso na UFC;
- 21 – Estudante graduação que empresta material bibliográfico tem 15 dias para uso na UFRPE;
- 21 – Estudante graduação que empresta material bibliográfico tem 7 dias para uso na: UFBA e UFPE;
- 22 - Estudante graduação que empresta livro tem 20 dias para uso na UFPB;
- 23 - Estudante graduação que empresta livro tem 15 dias para uso na: UFAL e UFRN;
- 24 - Estudante graduação que empresta livro tem 14 dias para uso na UFPA;
- 25 - Estudante graduação que empresta livro tem 10 dias para uso na UFS.

Esses 25 casos de dimensionamento do tempo máximo de empréstimo de material bibliográfico e livro, tem mais outras configurações se for acrescentada a gestão de empréstimo de material audiovisual e periódico impresso. Além disso, não é emprestado o mesmo número de itens de cada vez para alunos, professores e STAs, conforme a IES.

Essa malha disforme para um conjunto de instituições de ensino públicas federais, supostamente articuladas por uma mesma ideia de sistema, avaliadas pelas mesmas regras do SINAES, financiada pela mesma fonte de recursos, com funcionários e bibliotecários sendo parte de uma mesma carreira e enquadramento funcional é difícil de ser compreendida, pois mesmo o discurso do contexto local desautoriza, na medida em que requer ainda mais atenção e humanização. O que talvez possa se imaginar como gênese desse quadro que beira ao caos, se visto como conjunto, é o coronelismo como modelo de conduta do poder. É a prática do cuidado a marteladas, que quando olhada com um pouco mais de atenção, se deixa revelar.

No entanto, tão distintos prazos para um mesmo tipo de público e mesmo tipo de material, embora ocorram em instituições diferentes, essas são instituições que por fazerem parte de um sistema nacional poderiam adotar um padrão comum. E se isso é perfeitamente possível como poder achar mais justo o que se faz aqui do que se faz

acolá? Como achar que o livro disposto aqui, o material audiovisual armazenado aqui é menos ou mais precioso que o que está acolá? A Constituição Federal de 1988 dispõe que todos os cidadãos devem ser tratados com igualdade, justiça e não sofram sequelas físicas, mentais ou morais decorrentes de sua relação com o Estado. No caso das BUs aqui examinadas, em relação aos serviços prestados aos usuários, se realiza como ação a atuação do Estado; e nesse caso, se são dirigidas por bibliotecários, há ainda para além das leis estatais, do código de ética do servidor público civil, etc., o código de ética do bibliotecário a ser seguido.

Para olhar de uma dimensão mais extrema, cabe ressaltar que a omissão de informação básica de interesse do usuário nos portais institucionais é passível de questionamento junto a órgãos de defesa dos direitos sociais. Nesse sentido, com relação à renovação de material sob empréstimo, há informação no portal da BU da UFPE (até 10 vezes, caso esteja sem reserva), UFBA (até oito vezes, caso esteja sem reserva), UFPB (um só vez), UFS (até oito vezes, caso esteja sem reserva). Neste caso, o dado tem origem em quatro de um total de nove BUs, isto é, de menos da metade e chama a atenção a mensagem da UFPB, pela renovação dar-se somente uma vez. Relativamente à reserva, a BU da UFBA é a única a expressá-la em seu portal.

[Quadro 13] Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo

INSTITUIÇÃO	Tipo de material e usuário	Quantidade	Tempo de empréstimo	Renovação	Reserva
UFC	(Livros, folhetos, monografias, dissertações e teses) para Alunos de graduação, pós-graduação e extensão, Pesquisadores, Funcionários.	Até 10 itens	16 dias		
UFC	(Livros, folhetos, monografias, dissertações e teses) para Professores	até 11 itens	30 dias		
UFC	DVDs, CD-ROMs e fitas de vídeo, para Alunos de graduação, pós-graduação e extensão, Pesquisadores, Funcionários.	até 10 itens	02 dias		
UFC	DVDs, CD-ROMs e fitas de vídeo para professores	até 11 itens	02 dias		
UFPE	Livros, publicações periódicas impressas, teses e dissertações, materiais multimídia e outros	até 10 obras	07 dias	A renovação pode ser feita em qualquer computador	

	documentos para alunos de graduação			com acesso à Internet, por 10 vezes, não estando a obra em reserva.	
UFPE	Livros, publicações periódicas impressas, teses e dissertações, materiais multimídia e outros documentos para alunos de pós-graduação e técnicos administrativos	até 10 obras	15 dias	A renovação pode ser feita em qualquer computador com acesso à Internet, por 10 vezes, não estando a obra em reserva.	
UFPE	Livros, publicações periódicas impressas, teses e dissertações, materiais multimídia e outros documentos para docentes.	até 10 obras	30 dias	A renovação pode ser feita em qualquer computador com acesso à Internet, por 10 vezes, não estando a obra em reserva.	
UFBA	Material bibliográfico e áudio visual para todas as categorias de usuários	até 10 títulos	07 dias para material bibliográfico e 03 dias para audiovisual.	A renovação do mesmo exemplar será imediatamente permitida até 08 vezes, desde que não haja solicitação de reserva. Pode ser online.	O usuário poderá reservar até 05 títulos e o material ficará disponível no sistema durante 24 horas. Pode ser online.
UFPB	Livros para Professores	até 10 livros	20 dias a contar data do empréstimo	Site www.bibliotec.a.ufpb.br ou na Biblioteca Central uma única vez.	
UFPB	Livros para alunos e funcionários	até 6 livros	20 dias para de devolução	Site www.bibliotec.a.ufpb.br ou na Biblioteca Central uma única vez.	
UFRN	Livros para alunos de graduação e funcionários	Até 3 livros	15 dias		

UFRN	Livros para professores e alunos de pós-graduação	Até 5 livros	30 dias		
UFRP E	Livros para Professor e Estudante de Doutorado e Mestrado	Até 5 livros	30 dias		
UFRP E	Periódicos para Professor e Estudante de Doutorado e Mestrado	Até 4 periódicos	8 dias		
UFRP E	Teses ou dissertações para Professor e Estudante de Doutorado e Mestrado	Até 3 teses ou dissertações	15 dias		
UFRP E	Estudante de Graduação, Servidor	Até 4 livros	15 dias		
UFPA	Livros - um exemplar de cada título por usuário. Livros para alunos de graduação.	Até 3 livros	14 dias consecutivos		
UFPA	Livros para alunos de pós-graduação e servidores.	Até 5 livros	14 dias consecutivos		
UFAL	Livros para Professores	Até 5 livros/ usuário.	30 dias		
UFAL	Livros para Alunos e Servidores Técnico-Administrativos:	Até 5 livros/ usuário.	15 dias.		
UFCG	Indisponível				
UFS	Livros para Estudante de graduação:		10 dias	Os materiais podem ser renovados até 8 (oito) vezes, desde que não possua reserva.	
UFS	Livros para Estudante de pós-graduação		20 dias	Os materiais podem ser renovados até 8 (oito) vezes, desde que não possua reserva.	
UFS	Livros para Professores		30 dias	Os materiais podem ser renovados até 8 (oito) vezes, desde que não possua reserva.	

Fonte: Consulta direta

7.7 - Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado

Sempre cabe ressaltar que neste estudo estão sendo examinados os discursos dos portais das BUs de IES reconhecidas como produzindo pesquisa de qualidade, atestada pelo RUF-2012, um ranking construído com critérios aceitos pela academia e demais setores da sociedade, interessados na atuação da universidade. Isso implica que, nessas circunstâncias, o fator humanização deve estar sempre em evidência. Por essa razão, pode-se analisar o modo como se diz do comportamento, atitude ou conduta esperada das pessoas quanto ao cumprimento do prazo que o Sistema de Bibliotecas lhe oferece como padrão de tempo adotado. Pode-se dizer que ao aceitar o recebimento do material nesse tempo, os prazos sejam cumpridos. Provavelmente, o serão na proporção em que cada usuário sinta-se corresponsável pela manutenção de um espírito de coletividade.

Na circunstância dada, a quem cabe alimentar esse espírito? De imediato ao gestor do Sistema de Bibliotecas para que seu papel não se confunda com o de simples almoxarife de um armazém. Poder-se-á desenvolver esse espírito com maior ou menor valoração moral, compromisso, responsabilidade social e respeito humano quando se vê os usuários como pessoas capazes de compreender com autonomia seu lugar na sociedade. Isso exige, então, que a linguagem adotada toque-os emocional e afetivamente e, portanto, que seja construída como fator estimulador.

Nos sistemas de BUs aqui examinados a linguagem tende à rudeza e às vezes vai às minúcias de uma opressão do “proprietário ou guardião do patrimônio”. Entende-se um pouco mais sobre isso, quando se vai à origem do que se conhece deste fenômeno social estabelecido como imposto tributário, se se estuda Elias em “O processo civilizador”.

Dos oito portais aqui examinados, pois tinham essa informação disponível, encontra-se como estímulo ao cumprimento de prazos de devolução do material a imposição de multa por cinco BUs. As outras três impõem a suspensão: em uma, essa suspensão corresponde ao tempo equivalente àquele em que o material ficou retido pelo usuário; na segunda é o dobro do tempo e na terceira o triplo. As BUs que aplicam a multa também suspendem o usuário, mesmo quando já devolveu o material com atraso, até que pague a multa aplicada. Nessa última situação, é questionável a imposição da multa, isto é, afirmar que vai fazê-lo implica em ter que admitir a aplicação de duas sanções para os usuários mais carentes, que mesmo repondo o material não possa de imediato satisfazer esse ônus: a suspensão não é estímulo para a devolução do material fora do prazo estipulado, mas é usurária e parte da iniciativa de quem se arroga o poder de fazer a expropriação, privando esses usuários de algum bem.

Ao se conhecer os dados contextuais sociais e econômicos onde ser inserem essas bibliotecas, mostrados nas primeiras seções deste relatório, dá para ver que essa imposição financeira é em si discutível quanto à justeza e mesmo quanto à justiça. Quanto à justeza se é moralmente correta e quanto à justiça, se ela afeta igualmente a todos. E se sabe que não afeta igualmente a todos, pois ao ser em geral fixado o mesmo valor para a multa, ele representará uma fração exígua do preço médio da obra utilizada nos cursos de mais custo, com livros que chegam a valores muito altos, ultrapassando algumas centenas de reais e representará uma fração muito maior do preço médio da obra requerida por cursos de menor custo em que o preço médio da obra mal alcança uma centena de reais. Mas se a multa financeira tem potencialmente essa faceta imoral e ainda pode agregar a suspensão precisa ser bem discutida. Por que nessas instituições, todas vinculadas ao Governo Federal, tendo a mesma matriz orçamentária, dá-se tratamento distinto para o mesmo objeto? Aliás, o que leva a IES ora estudadas a terem um comportamento para com seus usuários no que toca à devolução do material bibliográfico fora do prazo daquele adotado nas IES de São Paulo, por exemplo? Em São Paulo, conforme os dados levantados na primeira etapa desta pesquisa as IES públicas adotam o recurso da “suspensão”, procedimento empregado pelas estaduais: USP, UNICAMP e UNESP, assim como pelas federais lá instaladas: UNIFESP e UFSCar.

Talvez, o quadro abaixo revele algo mais que a racionalidade de uma leitura contextual de natureza social e econômica não revele. Talvez, ele reflita que o estímulo adotado pelas BUs e expresso em seus portais, nesse caso, passe muito mais pelo acento da punição e expiação da carência. Se assim for, o corolário é: puna-se os carentes por serem carentes. Sendo isso, portanto, trata-se de uma questão de moralidade que vai além do alcance que uma ética bibliotecária, que pugna por responsabilidade, compromisso social e respeito ao usuário, poderá atender.

[Quadro 14] Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado

INSTITUIÇÃO	Modalidade de estímulo ao cumprimento dos prazos de devolução das obras emprestadas
UFC	Multa http://www.biblioteca.ufc.br/PDFS/Valordamulta_ResolucaoCONSUNI.pdf
UFPE	indisponível
UFBA	Impedimento à utilização do serviço de empréstimo domiciliar no Sistema de Bibliotecas durante o período correspondente aos dias de atraso na devolução do material.

	Material emprestado através do empréstimo especial que não for devolvido no prazo estabelecido acarretará suspensão de 30 dias.
UFPB	Multa por material e por dia/hora de atraso
UFRN	Suspensão do serviço de empréstimo por 3 dias, para cada dia de atraso e por cada documento emprestado (conforme a resolução nº 029/2002 CONSAD, de 08 de agosto de 2002).
UFRPE	Multa por dia de atraso por cada volume. Usuários com débito de multa e livros atrasados serão suspensos do empréstimo até regularizar a situação. Estão previstas pela UFRPE conforme Resolução nº 02/95—Conselho de Curadores, sanções para os usuários em débito com a Biblioteca.
UFPA	Suspensão do Serviço de Empréstimo pelo período equivalente ao dobro de dias em atraso. Bloqueio aos serviços disponíveis no SIGAA (Acadêmico, Pós Graduação, Recursos Humanos) e Pergamum http://bc.ufpa.br/site/images/DocumentosPDF/NormasDoEmprestimoDomiliar.pdf
UFAL	O usuário em débito com a Biblioteca: a) Suspensão de empréstimo domiciliar até a quitação do débito; b) Por períodos inferiores a 60 (sessenta) dias de atraso, o aluno deverá pagar, em dinheiro, o valor total das multas de acordo com a resolução nº 19/90 e 060791 CONSUNI. c) Por um período igual ou superior a 60 (sessenta) dias de atraso, o aluno fica obrigado ao pagamento de 50% do valor total das multas, em dinheiro, podendo o restante ser negociado com doação de livros de 3º grau, após avaliação do bibliotecário responsável. O valor da multa por atraso na devolução: a) Será de R\$1,00 (um real), por dia e por livro, conforme resolução nº 019/90 e 060791 CONSUNI.
UFMG	Indisponível
UFS	http://bibliotecas.ufs.br/sites/default/files/10/portaria_995_2013_-_pagamento_de_multas_0.pdf Pagamento de multas - Relizar o pagamento somente após a devolução do livro; - O usuário poderá acumular multa de até R\$ 10,00 sem impedimento de realizar novos empréstimos; - A biblioteca só poderá acusar a quitação do débito no sistema quando receber o comprovante de pagamento; Regulamento O usuário que estiver em débito ou em atraso com algum material estará automaticamente suspenso para realizar novos empréstimos e renovações

Fonte: Consulta direta

8 – POTENCIAL DE MODERNIZAÇÃO DA RELAÇÃO BIBLIOTECA - USUÁRIO

Os dados que se examinou nas seções anteriores mostram que os portais dos sistemas de biblioteca das dez IES com melhor colocação em qualidade de pesquisa nas regiões norte e nordeste em 2011, conferidos pelo RUF – 2012 revelam que esses sistemas estão, majoritariamente, sendo gerenciados de forma antiquada e atrasada. Evidentemente, alguns dos portais visitados tentam por-se por trás de designs agradáveis, mas seu conteúdo não entrega toda a informação de que o usuário necessita. Quando se confronta o contexto social e econômico das regiões em que estão situados e se verificam as práticas que são exercidas, tem-se a percepção de que o código de ética do servidor público civil, a lei de acesso à informação e o código de ética do bibliotecário não foram devidamente assimilados nas ações desenvolvidas e nas informações comunicadas.

Naturalmente, se está evitando dizer categoricamente que tudo está errado, o que se está a dizer é que a comunicação que os portais distribuem revela que valores éticos previstos no código de ética do bibliotecário não estão expressos como valores que tenham sido levados em conta como referências para as ações exibidas como em execução.

Nesse sentido, é que se faz notar uma predominante ausência de discurso que tome como princípio que o usuário é capaz, é cidadão. A ausência de documentos de Política de Formação e Desenvolvimento é reveladora e consolida uma postura do sistema de manter fechada a base pela qual a comunidade poderiainterpretar a adequação da ação, a forma de poder participar, acompanhar o processo de seleção, aquisição, avaliação e desbastamento das coleções e sua articulação com os procedimentos transformados como ações.

Assim, há muito a se fazer para colocar esses sistemas ao dia com a própria Constituição Federal brasileira.

Nas informações constantes em alguns portais dessas BUs algumas chamam a atenção, seja por revelar uma incompreensão de quem autorizou sua publicação da realidade do mundo vivido de hoje, mas, sobretudo por sustentar as ações presentes com base em decisões questionáveis pela argumentação. É o caso do texto postado pela UFPB, que não esconde ser o propósito da multa arrecadar receita e, mais, que receita não pode ser abonada, pois representaria renúncia podendo implicar em crime de responsabilidade o gestor público. Ora, então se a multa é receita como diz a UFPB, mas outras se contém em dizê-lo, ela serve para que? Qual sua aplicação? A UFAL responde

a isso, com a seguinte afirmação: Todo montante arrecadado de multas será exclusivamente revertido na aquisição de material bibliográfico (livros e revistas).

Sabe-se que em diversos estados da Federação brasileira o Ministério Público Federal tem acionado as IFES orientando-lhes a que se considerem, em cumprimento à Constituição Federal, impedidas de fazer cobrança de taxas para cursos ou emolumentos diversos em função de sua vinculação ao Estado. E nesse caso, como fazer com os discursos acima da UFPB e da UFAL?

Tudo isso mostra, portanto, que a dimensão do que deve ser tratado visando modernizar esses sistemas bibliotecários que, certamente, refletem a ideologia que predomina nessas universidades, que estão bem em qualidade de pesquisa de acordo com os parâmetros do RUF-2012, requer urgência. O contexto socioeconômico em que esses sistemas estão instalados requer que eles mudem sua conduta no sentido de superar o “cuidado a marteladas” que aplicam nessas regiões do Brasil.

[Quadro 15] Potencial de modernização da relação biblioteca - usuário

INSTITUIÇÃO	Fatores existentes que afetam e limitam a relação com o usuário
UFPB	<p>norma de circulação de 2013-1 em: http://www.biblioteca.ufpb.br/NOR_%20CIR%202013.pdf</p> <p>DAS PENALIDADES - A Multa para usuário inadimplente corresponderá ao valor de R\$ 0,50 por dia de atraso e por livro. Contando-se os sábados, domingos e feriados, pois o material estando com o usuário, o mesmo se beneficiará nesses dias do material, o qual poderá ser solicitado por outro usuário, que ficará impossibilitado de usufruir do mesmo. CPC – Art. 519, 919, 920.</p> <p>A nenhuma categoria é dado privilégio de abono de multa. Todas as categorias, indiscriminadamente, sem favorecimentos nesse particular, devem observar a data de devolução ou renovação das obras locadas, arcando com o valor da multa, extensivo aos dias e adicionadas à quantidade de obras locadas.</p> <p>Abono somente em casos previstos em Lei, ou falha do Sistema no período superior a 6h, devidamente comprovado.</p> <p>Obs.: O abono de multa é considerado renúncia de receita – Dji -14-LC-000.101-2000 – responsabilidade na Gestão Pública.</p> <p>O extravio de obras da Biblioteca implicará a obrigatoriedade de reposição das mesmas (indicação da Biblioteca), sem isenção das multas se não for apresentado um boletim de ocorrência no período de 40 dias. APROVADO PELO CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO (CONSEPE)1980.</p> <p>DEVOLUÇÃO - O usuário é responsável por conferir o seu email no dia que efetuou a devolução para comprovação de atendimento e qualquer</p>

	<p>duvida ligar para o telefone 3216-7103. O livro que constar na matrícula do usuário será de sua responsabilidade. Com as devidas sanções e penalidades previstas pelas normas do Regulamento da Biblioteca Central. Art. 28 Incisos VIII, IX e X.</p> <p>NADA CONSTA - O usuário deve apresentar um documento oficial com foto para identificação ou uma procuração. O documento de nada consta comprova a quitação do usuário com a biblioteca. Sem o mesmo o aluno não recebe o diploma de conclusão do curso, no caso de professor ou funcionário, não se concede afastamento ou aposentadoria.</p>
UFAL	<p>A Biblioteca só receberá livros entregues por terceiros, até a data da devolução. Os livros em atraso só poderão ser devolvidos pelo próprio usuário.</p> <p>a) Será de R\$1,00 (um real), por dia e por livro, conforme resolução nº019/90 e 060791 CONSUNI.</p> <p>Obs.: Todo montante arrecadado de multas será exclusivamente revertido na aquisição de material bibliográfico (livros e revistas).</p>
UFS	<p>- Não podem ser realizados pagamentos de usuários diferentes em uma mesma operação (por exemplo, uma única transferência para duas pessoas com débitos);</p> <p>– A conta do Tesouro não aceita transferências após as 20h;</p> <p>Em caso de falta de energia elétrica o usuário deverá apresentar o boleto de comprovação de empréstimo no balcão da biblioteca para que os livros sejam liberados. Caso contrário os mesmos ficarão retidos na biblioteca até o retorno da energia. Serão também conferidas bolsas, sacolas, pastas, etc, daqueles que desejarem sair da biblioteca durante o período de falta de energia;</p>

9 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se olhar os portais de bibliotecas universitárias como uma expressão de ética profissional dos bibliotecários que nelas atuam e que representam o grupo predominante de STAs, presume-se encontrar ali indicação de modalidades de serviços, estratégias de atuação, organização operacional e formas de relacionamento entre profissional e público que enfatizem respeito ao público, compromisso, responsabilidade social e atuação dignificadora da profissão e da instituição onde atua. No contexto brasileiro, majoritariamente, a surpresa é encontrar-se uma resposta à altura dessa presunção.

Em boa parte dos casos, o bibliotecário não distingue ética pessoal de sua norma ética profissional. Enquanto sua ética pessoal tende a ser utilitária: fazer o melhor quando possível, a ética profissional do bibliotecário brasileiro de cujo artigo terceiro vem o texto do seu juramento profissional é deontológica, ou seja, tudo fazer e fazer bem. Esse choque de posturas tende a colocar a norma ética do bibliotecário no mundo do arquivo matado, das informações insustentáveis, dos saberes que não são do interesse de ninguém.

E uma resposta surpreendente que se pudesse revelar através da pesquisa de cujo desenvolvimento esta é a segunda parte não ocorreu. As duas etapas, a inicial abrangendo as dez primeiras universidades brasileiras por qualidade em pesquisa, segundo o RUF-2012, coincidindo de estarem situadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste e esta, abrangendo universidades das regiões Norte e Nordeste, não proporcionaram uma resposta totalmente surpreendente. Evidentemente, as BUs selecionadas na primeira etapa ofereceram uma resposta muito melhor que as participantes desta etapa, mas, com exceção do portal do SIBI/USP, nenhuma foi muito superior em respeito ao usuário, compromisso e responsabilidade social que a da UFBA. Começa que, das universidades federais, apenas as sediadas no Estado de São Paulo não cobram multas pelo atraso na devolução de livros e culmina com o portal da UNB contendo a afirmação de que a multa financeira é pedagógica. Uma afirmação grotesca e retumbante, possível apenas como expressão que tende a negar uma sociedade livre, democrática e cidadã, na qual o sistema federal de ensino superior afirma sua base na gratuidade.

Desse modo, o que se tem ao final são portais de Bibliotecas Universitárias que oferecem uma expressão muito aquém do desejável em se tratando de ética profissional bibliotecária.

Ao final do relatório conclusivo da primeira etapa da pesquisa afirmou-se a

necessidade de recomendar a implementação de duas ações, que ao encerrar-se esta etapa precisam ser reiteradas, pois o conjunto do trabalho, mesmo com as limitações que uma pesquisa desta ordem carrega, assim o demonstram. Elas são:

1- Composição de uma Comissão direcionada à preparação de uma proposta de Código de conduta profissional do bibliotecário brasileiro, que contenha uma linguagem contemporânea aos valores pragmáticos utilitaristas hoje em vigência;

2- A inserção nos fóruns de bibliotecários universitários, do tema Ética profissional como assunto permanente. Certamente, seria, como um tema multidisciplinar, um dos elementos chave na interpretação da mais benéfica relação profissional - usuários, proporcionando ganhos justos para ambos os lados, além de colaborar com as outras áreas de atuação do bibliotecário brasileiro.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARISTÓTELES. Ética a Nicômaco. In: ARISTÓTELES. *Vida e obra*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996. p. 117-320.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 30. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. Modernidade, pluralismo e crise de sentido: a orientação do homem moderno. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRITO, Gisele Ferreira de; VERGUEIRO, Waldomiro de Castro Santos. Avaliação da qualidade da biblioteca acadêmica: a metodologia Libqual+® e suas perspectivas de aplicação no Brasil. BJIS, Marília (SP), v.7, n. Especial, p.26-46, 1º. Sem. 2013. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/bjis/article/view/3117/2402>. Acesso em: 04-12-2013.

CNPQ (Conselho Nacional de Pesquisa). A pesquisa industrial no Brasil como fator de desenvolvimento. Rio de Janeiro: 1968. 38 p.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. Código de Ética do Bibliotecário brasileiro. Disponível em: http://www.cfb.org.br/UserFiles/File/Resolucao/Resolucao_042-02.pdf. Acesso em: 18/6/2012.

CUARTAS, Enriqueta G. D.; VEIGA PESSOA, Maria Lúcia de M. da; COSTA, Cosme Guimarães da. Código de ética profissional do bibliotecário: 15 anos depois. Disponível em: http://repositorio.cfb.org.br/bitstream/123456789/370/1/Artigo_C%C3%B3digo%20de%20%C3%89tica%20Profissional%20do%20Bibliotec%C3%A1rio%2015%20anos%20depois.pdf. Acesso: 18/6/2012.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2 v.

ELIAS, N. A sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

FERREIRA, Carminda N. de Castro. 1954-1979: jubileu dos Congressos de Biblioteconomia e Documentação – temários, autores, trabalhos apresentados, recomendações. Curitiba: [s.n.], 1979. Paginação irregular.

FERREIRA, Jorge. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011. 713 p.

FLORESTAN deixa a USP pedindo que ela se abra para o povo. In: COHN, A. (Org). Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008. P. 16-21 . (Encontros).

FLUSSER, Vilém. Nossa comunicação. In: FLUSSER, Vilém. Pós-história; vinte instantâneos e um modo de usar. São Paulo: Duas cidades, 1983. P. 57-63.

GURGEL, Nadsa Maria Cid; RODRIGUES, Maxweel Veras. Biblioteca universitária e ensino superior: em busca de um alinhamento estratégico. Revista EDICIC, v.1, n.3,

p.211-228, Jul./Sep. 2011. Disponível em: <http://www.edicic.org/revista/index.php?journal=RevistaEDICIC&page=article&op=view&path%5B%5D=61>. Acesso em: 04/12/2013.

LIMA, Justino Alves. Um hiato abissal. (Coluna “Estação Biblioteca as Plataformas do Conhecimento). Infohome, nov. 2013. Disponível em: http://www.ofaj.com.br/colunas_conteudo.php?cod=789. Acesso em: 07 dez. 2013.

LUBISCO, Nídia M. L.; VIEIRA, Sônia Chagas (Org.). Biblioteca universitária brasileira: instrumento para seu planejamento e gestão, visando à avaliação do seu desempenho. Salvador : EDUFBA, 2009. 60 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ufba/588/3/Biblioteca%20universitaria%20brasileira.pdf>. Acesso em: 08/12/2013.

MENDONÇA, Cleci; SOUZA, Francisco das Chagas de. O curso de graduação em Biblioteconomia da UFSC: ação pioneira de Alvaceli Lusa Braga. In: HILLESHEIM, Araci Isaltina de Andrade; MENEZES, Estera Muszkat; SOUZA, Francisco das Chagas de. (Org.). Curso de Biblioteconomia da UFSC - 40 anos. Florianópolis: Casa da Escrita, 2013, v. 1, p. 39-7

MULIM, R. B. Cultura e bibliotecas em São Paulo: o pioneirismo de Adelpha Figueiredo. São Paulo, 2011. 83 f. Dissertação de Mestrado em Educação, Arte e História da Cultura – Universidade Presbiteriana Mackenzie. Disponível em: http://tede.mackenzie.com.br//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=2522. Acesso em: 9 maio 2013.

NIETZSCHE, Friedrich (1844-1900). A Gaia ciência. Trad. Maria Helena Rodrigues de Carvalho, Maria Leopoldina de Almeida, Maria Encarnação Casquinho. Lisboa: Relógio D'Água, 1998. 322 p.

ORTEGA Y GASSET, José. Missão do bibliotecário. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 2006.

PINTO, Marcella Bernardo; RODRIGUES, Lásara Fabrícia. Avaliação do desempenho de bibliotecas universitárias utilizando a análise envoltória de dados. In: CLAIO, 16./SBPO, 44. Pré-anais. Rio de Janeiro, 24-28 set. 2012. Disponível em: <http://www2.claiosbpo2012.iltc.br/pdf/101294.pdf>. Acesso em: 04/12/2013.

RIBEIRO, Darcy. A Universidade de Brasília. In: REIS, R.; COHN, S.; CAMPOS, S. (Orgs). Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2007. p. 14- 35. (Encontros).

SCHÜTZ, Alfred. *Senso-comum e a interpretação científica da ação humana*. 1953. 39p. Disponível em: http://cienciassociaisunifesp.files.wordpress.com/2011/07/alfred_schutz_senso_comum.pdf. Acesso em: 12 mar. 2013.

_____. A formação de conceitos e teorias nas ciências sociais. Tradução de Mário A. Eufrásio e José Jeremias de Oliveira Filho. *Plural: Revista do Programa de Pós Gradual em sociologia da USP*, São Paulo, n. 14, 2007, p. 147-162. Disponível em:

<http://www.fflch.usp.br/ds/plural/edicoes/14/traducao_1_Plural_14.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2013.

SCHUTZ, Alfred; LUCKMANN, Thomas. *Las estructuras del mundo de la vida*. Trad. Nestor Miguéz. Buenos Aires: Amorrortu, 2003

SOUZA, F. C. Valor e sentido do Código de Ética do CFB (Conselho Federal de Biblioteconomia) [CE-CFB] para o bibliotecário brasileiro atuante em biblioteca universitária. Marília, SP; UNESP, 2012. Relatório de pesquisa realizada como atividade de pós-doutorado. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18817/>. Acesso em: 10/12/2013.

STUMPF, K. Ética em bibliotecas universitárias: representações expressas no discurso de bibliotecários. Florianópolis, 2012. 217 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

OS VELHOS mestres. (aTarso de Castro, Paulo Duarte, Moacir Amâncio, Maria José, Miguel Fontoura e Sérgio Gomes). In: MARTINS, R. (Org.). Sérgio Buarque de Holanda. Rio de Janeiro: Beco do Azogue, 2009. p. 96-135. (Encontros).

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; BAPTISTA, Sofia Galvão. Representações profissionais de bibliotecários no Brasil: alguns resultados de pesquisa. Enc. Bibli: R. Eletr. Bibliotecon. Ci. Inf., Florianópolis, v. 14, n. 27, p.22-46, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2009v14n27p22/19683>. Acesso em: 08/12/2013.

FONTES:

RUF - <http://ruf.folha.uol.com.br/2012/>

UFAL - <http://www.ufal.edu.br>

UFBA - <https://www.ufba.br>

UFC - <http://www.ufc.br>

UFCG - <http://www.ufcg.edu.br/>

UFPA - <http://www.portal.ufpa.br>

UFPB - <https://www.ufpb.br>

UFPE - <http://www.ufpe.br>

UFRN - <http://www.sistemas.ufrn.br>

UFRPE - <http://www.ufrpe.br>

UFS - <http://www.ufs.br>

ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Principais valores profissionais dos bibliotecários - Código de Ética do CFB, **8**.

Quadro 2 – Algumas características dos Estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil sedes das dez IES com maior qualidade em pesquisa – RUF 2012, **10**

Quadro 3 - Proporção de crianças, adolescentes e jovens de 7 a 24 anos de idade, por grupos de idade, que não sabem ler nem escrever, segundo Grandes Regiões, 2009, **11**.

Quadro 4 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica e Localização (Capital e Interior), segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2011, **17**

Quadro 5 - Características da ambiência acadêmica de IES sediadas nas regiões Norte e Nordeste do Brasil com mais qualidade em pesquisa segundo o RUF 2012 , **20**

Quadro 6 - Número de Concluintes, Número de Cursos e Matrículas nos Cursos de Graduação Presenciais e a Distância, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições – 2011, **49**

Quadro 7 – Instituições Federais de Ensino - Número total de funcionários técnico-administrativos por Grau de Formação, segundo as Regiões Geográficas e as Instituições Federais – 2011, **50**

Quadro 8 – Finalidades da Biblioteca ou Sistema, **56**

Quadro 9 – Regulamentação dos Sistemas de Bibliotecas, **57**

Quadro 10 – Serviços ofertados pelas BUs, **62**

Quadro 11 – Contato com a Biblioteca ou Sistema, **64**

Quadro 12 – Público atendido com serviço de empréstimo bibliográfico, **66**

Quadro 13 – Material emprestado, quantidade e tempo de empréstimo, **70**

Quadro 14 – Estímulo à devolução do material emprestado no prazo contratado, **74**

Quadro 15- Potencial de modernização da relação biblioteca – usuário, **77**

APÊNDICE - número de pessoas capacitadas nos Programas de Pós-Graduação, com o título de doutor entre 1996 a 2008, conforme os dados do MCTI.



Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI
Secretaria-Executiva - SEEXEC
Assessoria de Acompanhamento e Avaliação - ASCAV
Coordenação-Geral de Indicadores - CGIN

Tabela 3.5.7

Matriz de distribuição do número de doutores titulados no Brasil no período 1996-2008, empregados em 2008, por unidade da federação da titulação e do emprego

UF da titulação	Unidade da federação do emprego																										Total titulação
	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SP	TO	
AL	-	64	-	-	1	-	2	-	-	-	-	-	-	1	3	2	-	-	-	1	-	-	-	-	1	-	75
AM	3	2	101	1	2	-	2	4	-	3	-	2	7	15	-	1	1	-	4	1	2	8	-	-	1	2	162
BA	3	7	1	-	737	19	14	4	2	2	11	3	6	10	8	18	-	5	5	3	1	-	10	4	4	1	878
CE	2	8	4	-	16	585	9	2	-	4	2	-	5	18	28	14	38	2	2	23	4	-	2	-	3	4	775
DF	8	5	18	3	29	11	869	1	156	4	69	17	29	24	14	13	9	15	23	4	3	6	18	6	19	15	1.388
ES	-	1	2	-	1	-	1	96	-	-	5	-	3	-	1	1	-	-	2	-	-	-	1	-	2	-	116
GO	-	-	1	1	2	-	7	-	165	-	4	3	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	5	197
MA	-	-	-	-	-	-	-	-	-	9	-	-	2	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13
MG	19	19	46	5	173	61	168	128	136	8	2.863	57	101	74	54	48	44	86	139	18	15	25	58	45	153	47	4.590
MS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
PA	-	1	12	13	2	2	2	-	1	9	2	1	3	234	2	2	4	-	5	1	14	4	1	1	2	-	318
PB	2	25	7	3	40	35	9	1	-	10	3	-	5	11	375	67	5	2	1	41	2	8	4	1	-	3	660
PE	4	81	6	-	59	71	41	1	3	9	9	1	4	23	179	817	37	7	10	32	1	4	8	3	13	5	1.428
PR	4	3	22	3	17	1	38	3	15	2	14	33	28	7	3	10	4	1.291	21	6	3	7	65	75	45	7	1.727
RJ	10	66	52	11	200	88	352	234	51	16	680	43	67	113	75	96	37	155	6.715	32	10	14	138	71	181	25	9.532
RN	1	2	4	-	23	20	6	-	1	9	1	-	-	15	49	18	17	2	12	271	2	1	1	1	2	2	460
RO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
RS	6	17	13	3	56	24	89	14	21	4	63	29	38	34	22	36	10	178	50	7	7	10	3.695	297	76	5	4.804
SC	6	6	13	-	31	21	31	11	10	5	46	13	19	14	21	11	6	251	28	6	3	1	210	814	33	1	1.611
SE	-	-	-	-	8	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12
SP	85	194	270	33	967	424	799	341	584	126	2.208	631	488	419	384	361	192	2.502	1.236	194	115	43	892	714	19.002	111	33.315
Total	153	501	572	76	2.364	1.365	2.440	840	1.145	220	5.980	847	811	1.012	1.218	1.515	406	4.496	8.253	640	183	131	5.103	2.032	19.541	233	62.077

Fontes: Eduardo Baumgratz Viotti; Antonio Ibarra; Carlos Duarte de Oliveira Jr.; Renato Baumgratz Viotti; R. D. de Pinho; Sofia Daher; Roberto Vermulm. O emprego dos doutores brasileiros. In: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. (Org.). Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Doutores 2010: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira. Brasília, DF, 2010, v. p. 195-358.

Elaboração: CGEE

Nota: (Dos doutores titulados no período 1990-2008, 62.492 encontravam-se empregados de acordo com a RAIS de 2008. Contudo, apenas 62.077 tiveram a unidade da federação dos estabelecimentos que os empregavam identificada, isto é, não foi possível identificar a unidade da federação de 415 doutores.

Disponibilizada em: <http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/full/343925.html>